

HISTÓRIA MEDIEVAL: RELEITURA DE UMA ÉPOCA

PRESIDENTE DA REPÚBLICA: Luis Inácio Lula da Silva
MINISTRO DA EDUCAÇÃO: Fernando Haddad
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: Carlos Eduardo Bielschowsky

SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
Celso Costa

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE
UNICENTRO

REITOR: Vitor Hugo Zanette
VICE-REITOR: Aldo Nelson Bona
PRÓ-REITORA DE ENSINO: Márcia Tembil
COORDENADORA UAB/UNICENTRO: Maria Aparecida Crissi Knüppel
COORDENADORA ADJUNTA UAB/UNICENTRO: Jamile Santinello
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DIRETORA: Maria Aparecida Crissi Knüppel
VICE-DIRETORA: Christine Vargas Lima

EDITORA UNICENTRO

Mário Takao Inoue, Beatriz Anselmo Olinto, Carlos de Bortoli, Hélio Sochodolak,
Ivan de Souza Dutra, Jeanette Beber de Souza, Jorge Luiz Favaro,
Luiz Gilberto Bertotti, Maria José de Paula Castanho,
Márcio Ronaldo Santos Fernandes, Maria Regiane Trincaus,
Mauricio Rigo, Raquel Dorigan de Matos, Rosanna Rita Silva,
Ruth Rieth Leonhardt, Sidnei Osmar Jadoski.

EQUIPE RESPONSÁVEL PELA IMPLANTAÇÃO DO CURSO DE
GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA LICENCIATURA PLENA A DISTÂNCIA
COORDENADOR DO CURSO: Karina Anhezini
COMISSÃO DE ELABORAÇÃO: Edgar Ávila Gandra, Flamarion Laba da Costa,
Jean Rodrigues Sales, Karina Anhezini,
Raphael Nunes Nicoletti Sebrian, Ricardo Alexandre Ferreira



CARLOS EDUARDO SCHIPANSKI
LUIZANGELA PADILHA PONTAROLO

HISTÓRIA MEDIEVAL: RELEITURA DE UMA ÉPOCA



COMISSÃO CIENTÍFICA:
Jean Rodrigues Sales, Karina Anhezini,
Maria Aparecida Crissi Knuppel,
Raphael Nunes Nicoletti Sebrian, Ricardo Alexandre Ferreira

REVISÃO TEXTUAL
Vanessa Moro Kukul

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO:
Elisa Ferreira Roseira Leonardi
Espencer Ávila Gandra
Éverly Pegoraro

EDIÇÃO: EDITORA UNICENTRO
IMPRESSÃO: GRÁFICA DIDÁTICA DO BRASIL
400 exemplares

Catálogo na Publicação
Fabiano de Queiroz Jucá – CRB 9 / 1249
Biblioteca Central – UNICENTRO

S336h Schipanski, Carlos Eduardo
História medieval: releitura de uma época / Carlos Eduardo
Schipanski, Luizangela Padilha Pontarolo. -- Guarapuava: Ed. da
Unicentro, 2009.

80 p. - (Coleção História em construção)

ISBN 978-85-7891-041-9

Bibliografia

1. Idade Média - História. 2. História medieval. 3. Feudalismo .
I. Título.

CDD 909.01

Copyright: © 2009 Editora UNICENTRO

Nota: O conteúdo da obra é de exclusiva responsabilidade do autor.

SUMÁRIO

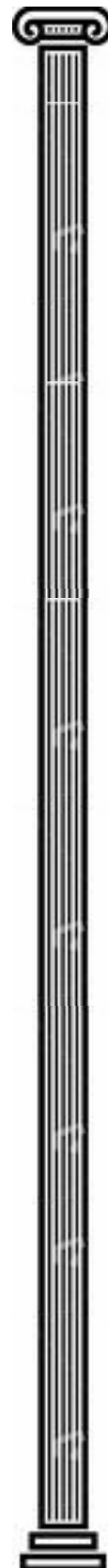
Introdução	09
IDADE DAS TREVAS OU IDADE DE OURO?	13
TEMPOS CONFUSOS	17
A RELAÇÃO COM O TEMPO E O ESPAÇO	29
AS DUALIDADES MEDIEVAIS	35
O FEUDALISMO: ASPECTOS FORMATIVOS	41
CRISE DO FEUDALISMO	69
O LEGADO MEDIEVAL	73
Conclusão	75
Referências	77
Sugestão de sites	79

PREFÁCIO

O livro **História Medieval: releitura de uma época** tem como objetivo estudar e analisar um período da história da Europa Ocidental, a Idade Média, unindo a factualidade ao processo de construção e transformação de estruturas e de conjunturas ao longo de centenas de anos. Tal período da história da Europa representou drásticas mudanças, com a queda e a formação de novos Estados e uma movimentação intensa de populações que se deslocaram de uma região para outra e, ao se deslocarem, provocaram mudanças estruturais e conjunturais.

O período denominado Idade Média é normalmente tratado como uma transição da Antiguidade para a Idade Moderna. Abrangeu cerca de um milênio, época em que o continente europeu assistiu a grandes transformações na organização política, social e econômica. Neste período, a Europa viu desaparecer o esplendor do Império Romano e vivenciou o surgimento de novas formas de organização como o Feudalismo.

A sociedade estruturada com características singulares, como a divisão em classes, estamentos ou ordens, foi mencionada por Charles Loyseau em sua obra **Tratado das Ordens e Simples Dignidades**, de 1610, na qual o autor afirma que a sociedade medieval estava organizada/dividida entre os que se ocupavam em rezar e salvar, os que combatiam e protegiam a população e os responsáveis pela alimentação de todos (clérigos, nobres e camponeses, respectivamente). Esta triplicidade de classes ou ordens (como denominou Georges Duby), ao definir a posição que cada homem ocupava na sociedade, fundamentou o medievo, estendendo-se, em alguns casos, até o início dos chamados tempos contemporâneos.



Ao tomarmos consciência desse longo período a ser discutido, deparamo-nos com algumas perguntas: quem somos nós? Somos o resultado do desenvolvimento dessas diferentes civilizações? Podemos afirmar que sim, pois o que chamamos de Ocidente é, em parte, fruto dos acontecimentos a serem analisados neste livro e devemos lembrar que as populações da Europa Ocidental levaram suas características para outros continentes nos processos de colonização.

Os professores Carlos Eduardo Schipanski e Luizangela Padilha Pontarolo, nesta obra, fornecem uma visão das principais populações e características da sociedade da Europa Medieval, conscientes de que não é possível abordar detalhadamente todos os elementos compreendidos em tão longo período e extenso território em uma única obra.

A consulta a autores que pesquisaram e pesquisam este período, bem como aos mapas inseridos, favorece o leitor na identificação geográfica e temporal das regiões abordadas, tornando a exposição e fixação do assunto mais compreensível quando da sua consulta. Os autores examinados, a exemplo de Marc Bloch, Hilário Franco Júnior, Jacques Le Goff e Georges Duby, auxiliaram em muito na análise compreensível acerca das várias populações. A divisão da obra em sete capítulos mostrou-se pertinente na medida em que propiciou a exposição organizada, capaz de fornecer aos acadêmicos as condições necessárias para o entendimento deste período.

Concluimos nossa apreciação sobre a presente obra afirmando que nela somos convidados a uma viagem por um período da história discutido por inúmeros autores com diferentes abordagens, época de reis, princesas, castelos, heróis, combates e tantos outros acontecimentos. Que a leitura da obra seja apenas um primeiro passo nos estudos de cada acadêmico a respeito dos povos da Idade Média.

Flamarion Laba da Costa

Julho/2009

INTRODUÇÃO

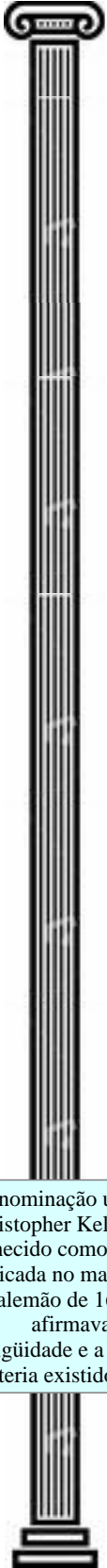
“O que há de mais vivo no presente é o passado” (Hilário Franco Júnior, **A Idade Média, nascimento do Ocidente**)

Este livro tem como objetivo auxiliar o acadêmico no acompanhamento e desenvolvimento das atividades da disciplina de História Medieval do curso de Graduação em História, Licenciatura plena, modalidade a distância, ofertado pelo Departamento de História, Campus Universitário Santa Cruz da Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO.

Semelhante aos livros produzidos pelos professores que ministraram disciplinas anteriormente nesse curso, este livro não se caracteriza como o único material bibliográfico de consulta e leitura, uma espécie de manual universitário. Seu objetivo é introduzir temas referentes à Idade Média através de cronologia aberta, flexível, rompendo com a visão linear dos acontecimentos do passado, encaminhando para a análise de diversos momentos históricos que deram origem a construções de cenários políticos, econômicos e sociais dinâmicos, cenários esses habitados por homens que ao viverem em seu tempo tornaram-se produtores de cultura que em muito influenciaram a formação da sociedade contemporânea.

Ao iniciarmos nossos estudos sobre o período será interessante comentar a origem dessa expressão Idade Média e o sentido pejorativo que foi atribuído ao período. A primeira vez que ela foi usada estávamos no período inicial do Renascimento. Desde o início da Idade Moderna a expressão foi usada com sentido pejorativo pelos homens renascentistas, com o intuito de negar a dinâmica estabelecida naquele período e não divulgar a ação produtora e renovadora de uma época.





De imediato, rotularam-na como uma época de trevas, um tempo de escuridão, coberto por uma espessa névoa, marcada pela decadência cultural e pela ignorância do homem preso aos ensinamentos da Igreja. O período denominado por eles de Idade Média era considerado inferior por não ter produzido grandes conquistas materiais e ter apenas glorificado a figura de Deus em oposição às ações dos homens.

Essa imagem negativa vem dos homens que viveram durante a Renascença e que tratavam os séculos que sucederam o Império Romano como um período de retrocesso, marcado pela hegemonia da Igreja, pela ignorância e superstição. Denominações como “Período em que a humanidade não tomou banho” (BESSELAAR, 1970, p. 89 – 95), “Idade das Trevas” (FRANCO JÚNIOR, 1988, p. 17 – 19), “Civilização da Barbárie” (INÁCIO & LUCA, 1988, p.7), e muitas outras, foram usadas pelos renascentistas, os quais acreditavam que, por isso, a época deveria ser esquecida. Dentro desse contexto, e por estarem vivendo a época herdeira do legado greco-romano, aqueles homens consideravam que a sua época era uma época esplendorosa, rica em produções materiais e que as ações dos homens eram orientadas pelo uso da razão e pela liberdade individual.

Os intelectuais desse tempo consideravam até então que a fase mais gloriosa e produtiva da História da Humanidade fora a *Idade Antiqua*

uma época em que houve grandes realizações no campo material e no desenvolvimento do homem.

Por outro lado, esse mesmo período, que ficou por muito tempo congelado na memória de muitos homens da Renascença, é, na atualidade, muito conhecido pela sua criação de imagens e de fantasias que inspira a produção de filmes que alimentam nos espectadores a construção de um

(Denominação utilizada por Christopher Keller, também conhecido como Cellarius, e publicada no manual escolar alemão de 1688, em que afirmava que entre a Antiguidade e a Renascença não teria existido progresso)

cenário completamente fora daquele que foi a sua realidade, cristalizando ainda mais o preconceito em relação à época.

Dessa maneira, ao se defrontar com um período marcado por estereótipos e visões pessimistas, esperamos que, além de refletir sobre essas questões e o que representou essa fase ao longo dos séculos seguintes, o acadêmico possa ter a oportunidade de pensar como esses homens viviam ou sobreviviam numa época em que tinham os pés fincados no chão e o olhar voltado para os céus.

Esses apontamentos também servirão para abrir as portas de um estudo mais aprofundado sobre a Idade Média, encaminhando também para uma discussão acadêmica dos temas que forem considerados relevantes para a sua formação enquanto licenciado em História e também ao longo de todo exercício profissional dos futuros professores em suas comunidades. Boa sorte a todos e um excelente trabalho durante este tempo que ficaremos juntos.





IDADE DAS TREVAS OU IDADE DE OURO?

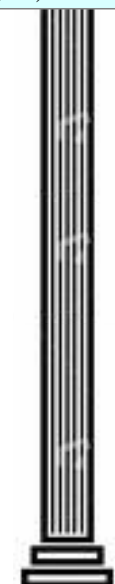
Ao longo de toda a trajetória da Humanidade, nenhum período de sua história foi tão mal tratado e repudiado pelos pensadores como foi a Idade Média. É exatamente esse repúdio e a má reputação da Idade Média que há tempos vêm sendo discutidos pelos historiadores medievalistas no mundo todo.

Idade Média (*medium aevum* ou *middle age*) foi a expressão utilizada pelos pensadores pré-renascentistas e renascentistas para designar e localizar temporalmente a fase entre a Antigüidade e a Renascença.

De acordo com essa noção renascentista, entre a Antigüidade e a Renascença estava a Idade Média, considerada, por muito tempo, uma época de trevas, uma longa noite de mil anos durante a qual a civilização ocidental não tomou banho e teria sido irrigada com sangue de torturas e perseguições, representando algo desprezível. Esta, sem dúvida, foi uma maneira tendenciosa e exagerada de analisar uma época. Da mesma forma, a idéia de uma Idade Média mágica – na qual os cavaleiros vestiam suas armaduras brilhantes e, montados em seus corcéis, percorriam inúmeras regiões combatendo dragões e salvando princesas – também é errônea.

Essas imagens fantasiosas da época inspiraram diversos contos de fadas e lendas que fizeram parte da infância de muitos de nós e hoje animam a empresa cinematográfica para a criação de roteiros de filmes. Nesses casos, Macedo (apud KARNAL, 2004, p. 110) considera que “a Idade Média constitui apenas um pretexto para a criação ficcional, a imaginação e o divertimento”, e é função

Francesco Petrarca (1304-1374), pesquisador, poeta e filólogo, admirador dos clássicos, fazia referência ao período anterior como *tenebrae*: dando origem ao mito historiográfico da Idade das Trevas. Giovanni Andrea (1584-1638), bibliotecário papal falava em *media tempestas*, se referindo literalmente à existência de um tempo médio, com sentido figurado de flagelo e ruína. O pintor Rafael (1483-1520) chamou-a grosseira, tempo de arte gótica. Rabelais (1483-1553) falava da Idade Média como a espessa noite gótica. O termo ficou consagrado com a publicação do manual escolar do alemão Christopher Keller, *Cellarius* em Latim, pedagogo, publicado em 1688 sob o título *Idade Média: da época do Imperador Constantino (324) até a tomada de Constantinopla pelos turcos em 1453* (DICIONÁRIO DA IDADE MÉDIA, 1997, p. V-VII - grifos no original).



do professor de História analisar essa questão com os estudantes, fazendo as críticas necessárias.

Vislumbrando a Idade Média

No século XVII, os homens reforçaram a visão negativa em relação ao período medieval. Essa visão permaneceu inalterada; aliás, recebeu reforço através das críticas dos novos membros das religiões, os novos burgueses capitalistas e protestantes que criticavam a falta de liberdade dos homens para o desenvolvimento de atividades econômicas e a limitada atividade comercial da época regradada pela hegemonia e supremacia da Igreja diante dos reis fracos e submissos, responsáveis pela fragmentação política da Europa.

O século XVIII, um tempo antiaristocrático e anticlerical, fortaleceu ainda mais o negativismo em relação à Idade Média. Os pensadores iluministas desse século teorizaram, debateram e concluíram que somente a partir do uso da razão os homens alcançariam o progresso político, social e material. Classificaram a época como uma longa noite – para eles, esse foi um período em que imperava o obscurantismo, a fé exacerbada e a pouca preocupação com o racionalismo. A teoria defendida é a de que a Idade Média havia interrompido todo o progresso conquistado pelos homens da Antigüidade e que só foi retomado no século XVI, com a Revolução Científica. Essa era a Idade das Trevas!

A partir da primeira metade do século XIX, o Romantismo inverteu essa imagem enaltecendo o período medieval. Os intelectuais românticos mostraram uma época de ouro, cheia de beleza e realizações artísticas. Houve a supervalorização da arte e da arquitetura gótica

A Idade Média atraía a sensibilidade e a imaginação românticas pelo pitoresco dos seus usos e costumes, pelo mistério das suas lendas e tradições, pela beleza nostálgica dos seus castelos, pelo idealismo dos seus tipos humanos mais relevantes, como por exemplo, o cavaleiro, o monge e o cruzado. (AGUIAR E SILVA, 1982, p. 74)

Perpetuada, por exemplo, por Vitor Hugo no clássico **O corcunda de Notre Dame** (1831)

e, também, uma tentativa de retomar as tradições e a religiosidade que haviam sido substituídas pelo culto exagerado ao cientificismo. Essa era a Idade de Ouro!

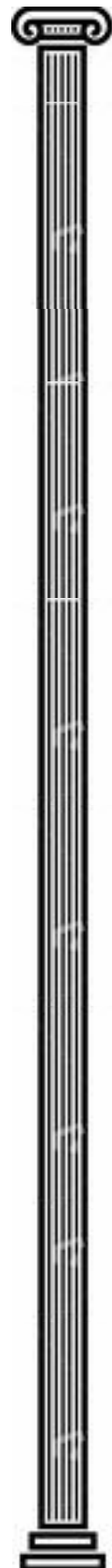
A expressão Idade Média pode ser considerada com sentido pejorativo, pois remete a um intervalo, um tempo médio, um período que está no meio de outros dois considerados (pelos iluministas, como vimos acima) mais importantes. Em outras palavras, a Idade Média era vista como uma época que deveria ser esquecida. Segundo Jérôme Baschet:

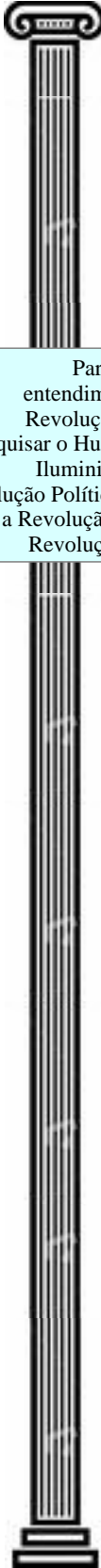
Media aetas, medium aevum, em latim, e as expressões equivalentes nas línguas européias significam a idade do meio, um intervalo que não poderia ser nomeado positivamente, um longo parêntese entre uma Antiguidade prestigiosa e uma época nova, enfim, moderna. (BASCHET, 2006, p. 25 - grifos no original)

A conclusão a que chegaram os estudiosos medievalistas no século XX é que não existiu uma Idade Média, mas várias Idades Médias, um período repleto de ambigüidades. A Idade Média foi aquela fanática na fé, violenta nas batalhas, impiedosa nas tradições, terrível com suas epidemias. Mas também foi a Bela Idade Média, tão defendida por Jacques Le Goff. Foi a época da riqueza na arte, do surgimento das primeiras universidades, das grandes inovações arquitetônicas, do apelo à natureza, da adoção da rotatividade trienal e outras inovações na agricultura, da explosão demográfica. O escritor alemão Gotthold Lessing afirmava, no século XVIII: “Noite da Idade Média, que seja! Mas era uma noite resplandecente de estrelas.” (FRANCO JUNIOR, 2006, p. 13).

Uma longa Idade Média?

Essa fase é tradicionalmente representada nos livros didáticos com o recorte temporal que se inicia no





século V e termina no século XV. Porém, considerando que a História tem sua dinâmica própria, novas interpretações sugerem uma Idade Média mais longa.

Essa longa Idade Média se estenderia até o fim do século XVIII, marcada pelos acontecimentos conhecidos como a Revolução Francesa e o advento da Revolução Industrial na Inglaterra. Le Goff (2008, p. 16) afirma que três fatos históricos foram responsáveis por uma mudança de rumo na vida da sociedade ocidental européia:

Para um melhor entendimento sobre a Revolução Científica pesquisar o Humanismo e o Iluminismo; sobre a Revolução Política, pesquisar a Revolução Inglesa e a Revolução Francesa.

- a Revolução Científica (séc. XV) – novas descobertas em diversas áreas da ciência, valorização da razão para solução de problemas, instrumentos e métodos de pesquisa mais precisos;
- a Revolução Política (séc. XVII) – lenta ascensão da burguesia ao poder;
- a Revolução Industrial (final do séc. XVII e séc. XVIII) – criação da máquina a vapor, utilização de técnicas de produção cada vez mais rápidas, urbanização, surgimento do trabalho assalariado.

Le Goff, ao afirmar que a Idade Média é “de longa duração na história, mas um período de elaboração, de construção do mundo moderno [...]. A Idade Média é a nossa juventude; talvez a nossa infância” (LE GOFF, 2008, p. 33), explicita um novo entendimento sobre a época. Sob este ponto de vista, a Idade Média foi vislumbrada como um período mais longo do que se imaginava, passando por transformações graduais que, mais tarde, ressoariam na sociedade ocidental, especialmente na Europa.

CAPÍTULO II

TEMPOS CONFUSOS

O mundo romano em declínio criou as bases e viu nascer o Ocidente medieval. O exemplo do Império Romano foi de fundamental importância para a criação da nova sociedade: muitos dos povos germânicos (considerados não-assimilados, diferentes, os outros por não serem romanos e não falarem grego ou latim), eram também chamados de bárbaros,

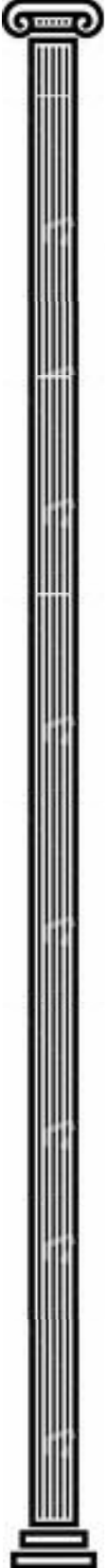
admiravam os costumes dos romanos, e seus chefes comumente se espelhavam nas atitudes dos chefes de Roma para comandarem seu povo. Sobre isso, Le Goff (2005, p. 33) afirma que “o mundo medieval resulta do encontro e fusão destes dois mundos que se interpenetravam, da convergência das estruturas romanas e das estruturas bárbaras em transformação.”

Antes mesmo do início da era Cristã já ocorriam contatos pacíficos e/ou violentos entre esses grupos. Contudo, a partir do século I da Era Cristã, os Imperadores Romanos abandonaram a política ofensiva em direção às florestas do Norte, região em que ficavam instaladas as tribos germânicas, optando por uma política defensiva e de consolidação de fronteiras humanas ou por uma política de ação diplomática e de apoio aos chefes romanizados dos germanos.

Infelizmente não houve o sucesso total dessas novas políticas, assim como não houve a consolidação e a expansão das fronteiras do Império Romano em direção ao Norte. Fracassos que, aliados às diversas crises internas geradas pela paralisação das conquistas, da reposição dos escravos e do enfraquecimento do poder dos novos

O termo bárbaro é uma herança grega. Em grego, esse termo designava aquele que possuía uma língua incompreensível e que não compartilhava nem os costumes dos helenos. No decorrer do livro utilizaremos a expressão bárbaros por ser a forma mais comum de referência a esses povos, porém, sem o sentido pejorativo da época.

Sobre o processo de romanização e a participação dos bárbaros na formação e proteção do *limes* do Império Romano, releia BARBOSA, Michele Tupich. **Do Antigo Oriente Próximo a Roma: uma abordagem da Antiguidade**. Guarapuava: Editora UNICENTRO, 2009, p. 83.



imperadores, motivaram as chamadas invasões bárbaras. Além de todos esses fatores, devemos considerar o aparecimento dos Hunos, provenientes das estepes da região da Mongólia, grupo responsável pela pressão sobre os grupos germânicos que se deslocaram maciçamente em direção ao interior do território do Império Romano do Ocidente.

A palavra invasão implica uma idéia de violência, faz-nos imaginar batalhas sangrentas e povos selvagens destruindo aldeias desprotegidas. Mas a história não é exatamente essa.

O contato entre romanos e bárbaros já existia e se tornou mais frequente a partir do século I d.C. Entre eles havia um sistema de trocas comerciais e essa relação muda definitivamente o rumo desses povos. A chegada dos bárbaros se deu lentamente e de várias formas. Eles se deslocavam em bandos, grupos de 40 a 75 mil pessoas, número significativo de indivíduos que causavam pânico nos moradores das regiões por onde passavam e eram conhecidos pelas suas formas primitivas de se organizar ou pelos produtos que comercializavam.

Os Godos (Ostrogodos e Visigodos) foram os primeiros povos a sentirem o impacto da movimentação dos Hunos sob o comando de Átila (406-453). Segundo relato de Amiano Marcelino, historiador do final do Império Romano,

Átila era um homem vindo ao mundo em um entrelaço de raças, terror de todos os países, não sei como ele semeava tanto pavor, a não ser pela ligação que fazia de sua pessoa com um sentimento de terror. Tinha um porte altivo e um olhar singularmente móvel, se bem que cada um de seus movimentos traduzisse o orgulho de seu poder. Amante da guerra era senhor de sua força, muito capaz de reflexão, acessível às petições, fiel à palavra dada; sua pequena estatura, seu peito largo, sua cabeça grande,

seus olhos minúsculos, sua barba rala, sua cabeleira eriçada, seu nariz muito curto, sua tez escura eram sinais de suas origens. (MARCELINO *apud* ESPINOZA, 1981, p. 4)


Os Ostrogodos, pressionados e impressionados pelas notícias sobre o comportamento dos Hunos, chegaram pacificamente e se tornaram aliados do Império Romano sob a condição de federados.

Por causa do desgaste do exército, da anarquia militar e das guerras civis, os chefes romanos firmavam acordos com os chefes bárbaros. Os povos recebidos como federados poderiam habitar o território romano desde que defendessem suas fronteiras dos invasores. Essa condição permitia aos imperadores romanos resolver em parte o problema da segurança em suas fronteiras. Quando recebiam e reconheciam novos povos no interior do Império ganhavam novos aliados, formando assim verdadeiras fronteiras humanas.

Mais tarde, outros povos também chegaram à região: Suevos, Vândalos e Alanos; Burgúndios, Francos e Alamanos; Jutos, Anglos e Saxões; e Lombardos.

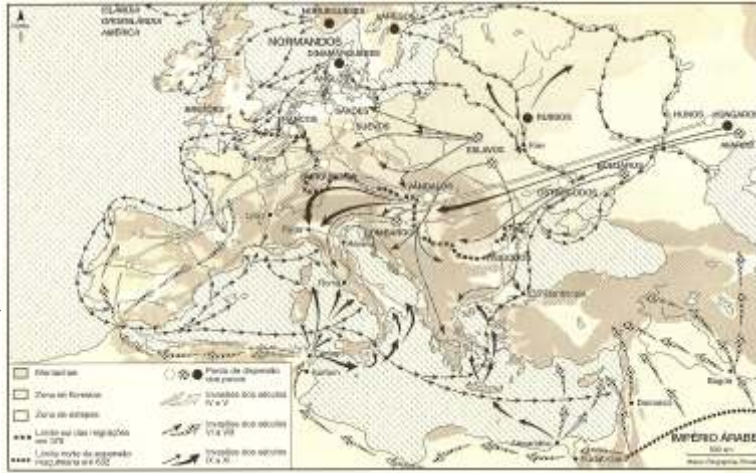
Essa movimentação provocou diversas batalhas entre eles, o que resultou nas conquistas de diferentes territórios da atual Europa Ocidental pelos diversos povos chamados de bárbaros.

Sem dúvida, os tempos de invasão foram tempos de confusão gerada pela mistura dos povos invasores e também pela violência de alguns grupos que mantiveram e aprimoraram suas características bélicas, como foi o caso dos Vândalos, em relação a outros que através do processo de sedentarização modificaram seus padrões de comportamento, tornando-se produtores de alimentos e de produtos artesanais.



Para saber mais sobre esses povos, ver LE GOFF, Jacques. **As raízes medievais da Europa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

Movimentação dos povos bárbaros no século V.
Disponível em BASCHET, Jérôme. **A civilização feudal: do ano mil à colonização da América.** São Paulo: Globo, 2006. p. 42.



Essa movimentação de povos germânicos em direção ao Ocidente, pelas estradas pavimentadas e cidades urbanizadas do Império Romano, provocou as instalações de novas unidades políticas denominadas de novos Reinos Romanos Germânicos, cujas características principais foram seu caráter efêmero e sua pouca integração com a população romana.

Principais Reinos Germânicos e o Império Romano do Oriente em 526 d. C. Disponível em: <http://www.lib.utexas.edu/maps/historical/shepherd_1911/shepherd-c-052.jpg>. Acesso em: 27 jun. 2009.



Com instituições políticas, econômicas, sociais, religiosas e culturais diferentes dos romanos, os Germanos, vistos pelos romanos e povos romanizados como os

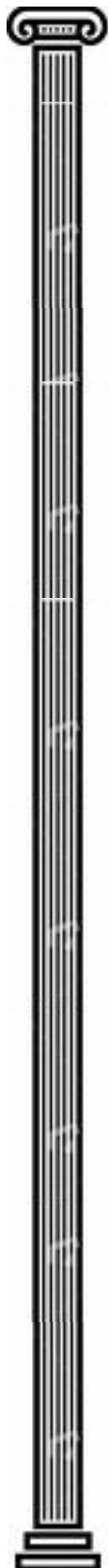
conquistadores, encontraram muitas dificuldades de se relacionar com as diversas formas de organização e administração do Império e principalmente com as populações romanizadas. Elementos como a língua, religião, costumes e demais instituições político-jurídicas e sociais dos Germanos serviram como uma barreira na integração entre esses povos.

De qualquer maneira as características dessas novas unidades políticas resultaram da fusão de elementos da antiga estrutura em decadência do Império Romano e de elementos da organização primitiva dos Germanos. Com o passar dos tempos, o resultado na prática cotidiana dessa fusão (elementos decadentes) e a integração entre romanos e Germanos (vencidos e vencedores) dificultou a consolidação política de alguns reinos que acabaram sendo incorporados por outros politicamente mais organizados e melhor estabelecidos.

Entre os diferentes grupos responsáveis pela ocupação das terras do decadente Império Romano do Ocidente, os Francos destacaram-se por estabelecer, desde o princípio de sua instalação na região da Gália (séc. V ao séc. IX), um governo centralizado. Instalados na área que correspondia a uma parte da Europa Ocidental, os Francos – constituídos de dois pequenos troncos, os Sálícos nas regiões do Escalda e do Lis e os Ripuários nas regiões do Mouse e do Reno – assumiram uma hegemonia em relação aos demais grupos. Realizaram um processo de conquistas e unificações e se consolidaram durante o reinado de Clóvis (481-511).

Clóvis, fundador da Dinastia Merovíngia, é também considerado o unificador das tribos francas. Contando com a destreza militar, conseguiu vencer outros reinos (Alamanos, Burgúndios e Visigodos) e controlar a disputa política entre os proprietários de terras. Para garantir e consagrar a unidade política dos territórios conquistados firmou alianças políticas com os Bispos de toda a região da Gália.





Depois disso, converteu-se ao cristianismo em 496. A sua conversão juntamente com todo o seu exército ao catolicismo foi fundamental para a organização do Reino dos Francos e o estabelecimento de uma aliança política que reaproximou a Igreja do Estado. Durante muito tempo, a Igreja e os nobres receberam doações de enormes pedaços de terras como recompensa pela aprovação dos atos políticos e apoio militar.

Após a morte de Clóvis em 511, surgiram vários reis, conhecidos como Reis Indolentes, mas não conseguiram manter o território unido. A partir de 639, a Dinastia Merovíngia entrou em crise e o trono passou a ser ocupado por um funcionário do palácio, denominado de prefeito do paço. Um desses prefeitos foi Carlos Martel, o mais conhecido e que governou de 714 a 741 conquistando prestígio entre os nobres e apoio da Igreja quando impediu o avanço dos árabes sobre a Europa na batalha de Poitiers, em 732.

Durante esse período teve início o processo formativo da sociedade feudal, resultado da combinação da atuação política dos Reis Indolentes ao processo de ruralização da sociedade e ao fortalecimento do poder dos senhorios nas mãos da aristocracia territorial, enriquecida com as doações de terras em forma de benefícios. A atuação política e econômica dos novos senhores de terras funcionou como uma força centrífuga que descentralizou o poder político dos reis.

Após a morte de Carlos Martel, sucedeu-lhe seu filho Pepino, o Breve, que em 751 destronou o último rei merovíngio dando início à Dinastia Carolíngia e governou por mais de um século. Durante seu governo, contando com o apoio da Igreja, lutou contra os Lombardos, considerados uma forte ameaça aos planos expansionistas das autoridades eclesiásticas. Conquistou os territórios da Península Itálica, dos quais doou uma porção de terras à Igreja que fundou o Patrimônio de São Pedro, Estado da Igreja Católica.

Carlos Magno sucedeu seu pai, Pepino, O Breve, após sua morte, e governou os Francos de 768 até 814. Em 800, o papa Leão III nomeou Carlos Magno como o imperador do Novo Império Romano do Ocidente. Durante seu governo, realizou inúmeras campanhas militares cujos resultados foram a conversão ao cristianismo dos povos conquistados e a formação de um vasto império.

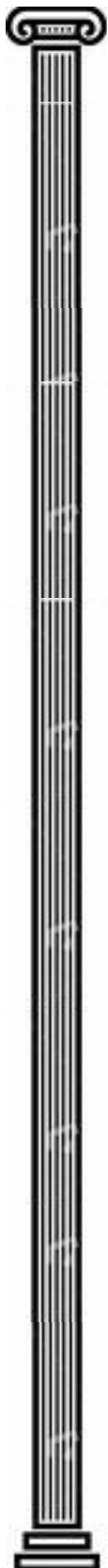


Império de Carlos Magno.
Disponível em: <<http://www.historialivre.com>>.
Acesso em: 15 jul. 2009

O reino de Carlos Magno é considerado uma grande obra política e sobreviveu de 771 a 814 cobrindo boa parte da extensão territorial da hoje conhecida Europa Ocidental. Infelizmente seus sucessores não tiveram a mesma sorte nem a competência para manter tal estrutura política. O Tratado de Verdun colocou fim à aparente centralização política da Europa pré-feudal.

O processo de ruralização da sociedade

Essa confusão gerada pelas invasões e pela crise do Império Romano se refletiu, com efeito, na economia. Durante o período imperial romano, o comércio era de



fundamental importância, mas na época das migrações bárbaras essa atividade entrou em declínio e quase acabou. Esse fato se deu por vários motivos, entre eles a falta de moedas – retiradas de circulação por causa do medo de pilhagem dos invasores – e o mau estado das estradas romanas que foram bastante depredadas em virtude das batalhas, além do sentimento de insegurança que acometia a população da época.

O declínio do comércio empobreceu as cidades que se despovoaram. Assim, a civilização galo-romano, antes de tudo urbana, foi lentamente substituída, na época merovíngia, por uma civilização rural, cujas necessidades básicas de sobrevivência eram limitadas em função de a produção local estar caracterizada pela produção de alimentos visando à subsistência dos agrupamentos humanos. (GUERRAS, 1987, p. 74).

Segundo Le Goff, a falta de circulação de moedas deixou os moradores das cidades sem capacidade financeira para continuarem dinamizando, através da compra, a economia e satisfazerem assim suas necessidades de consumo de produtos que não eram criados pela produção local. Nesse contexto, também as rotas de comércio deixaram de ser utilizadas pelos caravaneiros, cortando o abastecimento dos grandes centros urbanos, obrigando os habitantes das cidades a refugiarem-se nas áreas rurais, locais de produção: “É a necessidade de alimento que explica a fuga do rico para as suas terras e o êxodo dos pobres para os domínios fundiários dos ricos.” (LE GOFF, 1993, p. 48)


Com a insegurança e a instabilidade econômica gerada pela presença dos novos habitantes da Europa Ocidental, o núcleo econômico transferiu-se para a vila e de lá os latifundiários dirigiam a vida social, econômica e militar da comunidade. A ruralização foi um fato social fundamental na formação da sociedade medieval porque foi

também uma ruralização econômica, responsável pela descentralização política que acabou por enfraquecer ainda mais Roma, já ameaçada pelos bárbaros. Esse fato foi um processo marcante que influenciou o Ocidente, cujo resultado foi a transformação da sociedade romana numa sociedade feudal.

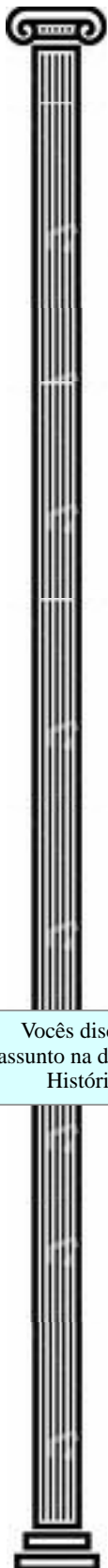
Com todas essas dificuldades em manter relações comerciais entre os próprios comerciantes locais e entre diferentes regiões, a população passou a produzir em seu próprio território tudo (ou quase tudo) o que necessitava para sobreviver. O nível das transações comerciais diminuiu e os mercadores que dominavam ou ainda tinham a supremacia neste ramo comercial foram obrigados a buscar outras fontes de renda. O historiador Jérôme Baschet considera que “a regionalização das atividades produtivas, paralela à fragmentação política, é justamente uma das características fundamentais da Alta Idade Média.” (BASCHET, 2006, p. 54).

Outro ponto forte do Império Romano era a vida urbana. As cidades, que no Império Romano serviram como importantes centros administrativos, perderam sua função com a instalação de estruturas militares dos governantes germanos. Mas as cidades também sofreram um duro golpe nesse período. Por causa da dificuldade de comércio e da regionalização das produções, iniciou-se um processo de ruralização da sociedade. E esse é, também, um traço muito importante da Alta Idade Média.

Enquanto, desde o século V, o Império Romano do Ocidente vinha se fragmentando em vários reinos, a parte oriental do Império Romano, conhecida como Sociedade Bizantina, seguia seu destino próprio. Pagando elevadas somas em dinheiro para não ser invadida pelos Hunos e resistindo às investidas de diversos grupos germânicos, consolidou-se em uma nova civilização, rica em dinheiro, mais rica ainda em prestígio.



Bizantino: Império Bizantino ou Império Romano do Oriente (330 até 1453), denominação adotada após a separação oficial entre o Império do Ocidente (Romano) e o do Oriente (Bizantino), determinada pelo imperador Teodósio, em 395.



Se, no Ocidente, o processo de ruralização e a descentralização política desenvolviam rapidamente a estrutura imperial, na parte oriental do Mar Mediterrâneo, a antiga colônia grega de Bizâncio lograva êxito ao estruturar-se sobre as bases de um poder político centralizado e teocrático, acompanhado de uma vida urbana ativa e abastecida comercialmente com inúmeros produtos vindos do Oriente.

Foi no interior desse contexto que o Império Romano do Oriente sobreviveu por cerca de mil anos até que, em maio de 1453, Maomé II (1432-1481) rompeu as muralhas defensivas da cidade de Constantinopla e dominou a última representação material e política do Império Romano. “O golpe mortal sobre o império foi desferido pelos turcos otomanos, originários da Ásia Central, que haviam adotado o islamismo como religião e iniciado a construção de um império.” (PERRY, 2002, p. 148).

A tomada de Constantinopla pelos turcos provocou o isolamento da Europa em relação ao mundo conhecido de então. O Mar Mediterrâneo, agora transformado num imenso lago muçulmano, impedia que relações comerciais e culturais fossem realizadas com aquela região. Esse fechamento acelerou o desenvolvimento de tecnologias que contribuíram para que o homem europeu se lançasse ao mar aberto à procura de novas rotas comerciais para poder abastecer as prateleiras com produtos necessários para os novos hábitos de vida.

Vocês discutirão esse assunto na disciplina de História Moderna.

O processo de ruralização trouxe mudanças essenciais na divisão e organização social da época. Houve a fusão dos grupos de escravos e de plebeus, formando, assim, um novo grupo de trabalhadores: os servos.

A passagem da escravidão para a servidão

Se durante o Império Romano a base do sistema produtivo era a escravidão, no século XI isso mudou.

A escravidão (quase) deixou de existir e deu lugar a um novo sistema chamado servidão.


Essa mudança se deu por várias causas, mas três delas foram determinantes: religiosas, militares e econômicas.

- **Causas Religiosas:** mesmo não se opondo ao uso da mão-de-obra escrava, a Igreja contribuiu para o declínio dessa forma de organização do trabalho, pois a propagação das suas práticas modificou a forma como o escravo era percebido e, de certa forma, diminuiu a exclusão deste da sociedade.

- **Causas Militares:** com o fim das guerras romanas, as fontes de abastecimento de escravos diminuíram consideravelmente, entretanto não se esgotaram. Ao mesmo tempo aumentou o número de alforrias.


- **Causas Econômicas:** a manutenção da mão-de-obra escrava se tornou muito cara neste momento em que se produzia quase exclusivamente para a subsistência. Alimentar os trabalhadores durante o ano inteiro (inclusive em tempos improdutivos) se tornou um problema para os proprietários.

Em meio a essas mudanças, surgiu a servidão. Embora não possamos considerar os camponeses – chamados de servos (do latim servus: escravo) – plenamente livres, é inegável que a situação destes fosse menos impiedosa que a dos escravos. Além de não sofrerem castigos físicos, podiam escolher seus cônjuges e constituir família. Os servos recebiam uma porção de terra onde podiam plantar e criar animais para o seu sustento, em troca disso, pagavam tributos ao senhor feudal com produtos e trabalho. Para Baschet, essa passagem da escravidão para a servidão



Referimo-nos à escravidão produtiva (agrícola), pois certamente a escravidão doméstica continuou existindo até mesmo depois do fim da Idade Média. (BASCHET, 2006, p. 46).

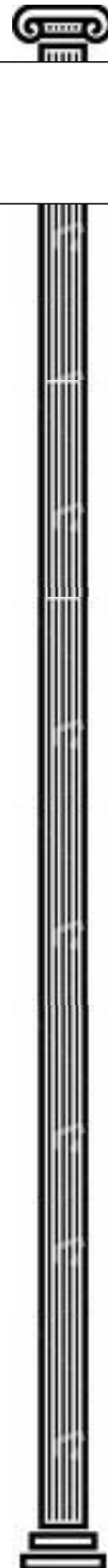
Para Pierre Bonnassie, ao mesmo tempo em que “a Igreja, nas suas altas esferas, mantém-se obstinada na legitimação da escravidão, a cristianização dos campos a humaniza. O escravo é batizado, admitido nos lugares santos, e sua ascensão à condição de cristão despoja-o da aparência bestial.” (BONNASSIE apud LE GOFF; SCHMITT, 2006, v. 2, p. 66).



é uma mutação global, ao mesmo tempo econômica, social e política, que conduz os senhores a transformar grandes domínios, que haviam se tornado incontroláveis e pouco adaptados às novas realidades, e a renunciar progressivamente à exploração direta do rebanho humano. (BASCHET, 2006, p. 58).

O surgimento da servidão foi providencial, tanto para os proprietários como para os despossuídos, pois, fornecendo proteção e meios de subsistência aos trabalhadores livres rurais, os proprietários garantiam mão-de-obra para suas empreitadas. O servo se via preso à terra, mesmo sendo um homem livre.

Trataremos mais detalhadamente da servidão no capítulo sobre a sociedade feudal)



A RELAÇÃO COMO TEMPO E COMO ESPAÇO

O tempo

Para nós pode parecer estranha a forma como os homens e as mulheres medievais viam e viviam o seu tempo, pois estamos habituados a uma rotina frenética, sempre correndo contra o tempo, preocupados com o próximo compromisso. A forma como os indivíduos entenderam e viveram o seu tempo é muito importante para que possamos compreender sua sociedade.

No período medieval vemos uma força grandiosa da Igreja sobre muitos aspectos da sociedade e, de fato, o cristianismo influenciou profundamente a relação das pessoas com o tempo. Além disso, nesse período havia uma multiplicidade de tempos: o tempo natural e rural; o tempo senhorial; o tempo religioso.

O tempo natural e rural

Estamos falando de uma época em que a agricultura era a principal atividade econômica e, portanto, uma época em que a terra e o seu uso eram fundamentais para a sobrevivência. A natureza imperava na medição e contagem do tempo rural. Existia o tempo das chuvas e o das secas; o do dia e o da noite; o do plantio e o da colheita; o do inverno e do verão.

É o tempo dos dualismos tão enfocados durante o período medieval: luz e escuridão, calor e frio, ócio e trabalho, vida e morte. Esse tipo de tempo é cíclico, lento e longo, e os camponeses estavam habituados a esperar, pacientes, pela mudança – se é que ela ocorreria.

La Roue de la Fortune (A Roda da Fortuna). Calque de Miniatures de l'*Hortus Deliciarum*, de Herrade de Landsberg. Paris: Bibliothèque Nationale de France (Dept. Estampes Ad 144 a) Disponível em: <<http://www.hottopos.com/convenit5/image001.jpg>>. Acesso em: 15 jul. 2009.



Essa figura é uma representação imagética do tempo cíclico: um fato precede o outro, mas voltará a acontecer – como as estações do ano.

O tempo senhorial

“O tempo senhorial é antes de tudo militar.” (LE GOFF, 2005, p. 174), isso porque tem como pontos culminantes no ano os períodos dos combates, das reuniões da cavalaria e dos *adoubements*.

Adubamento: cerimônia de iniciação dos jovens para a cavalaria, na qual acontecia a bênção cristã do novo cavaleiro.

O tempo religioso

Os mosteiros levaram para além de suas muralhas o seu ritmo de vida. As atividades diárias eram ritmadas pelo badalo dos sinos e pelo eco das orações vindas dos interiores dos mosteiros.

A importância dos sinos na Idade Média era muito grande, pois cada som emitido significava um acontecimento diferente.

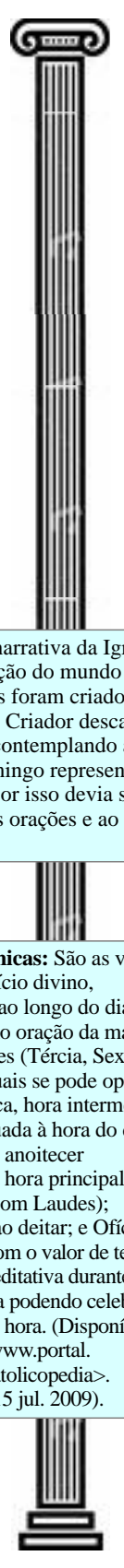
O bater dos sinos, certamente, marcava os principais eventos da vida urbana, quer chamando os fiéis para a celebração dos ofícios divinos, quer anunciando as festas; ora avisando o início e o fim do trabalho, ora lembrando triste acontecimento ou ainda alertando as pessoas para uma ameaça iminente. Toda a população sabia o significado dos diversos toques, que, apesar de serem incessantes, não perdiam o seu efeito no espírito dos ouvintes.

O ano também era marcado pela liturgia e pelas datas festivas relacionadas à vida de Cristo, como o Natal, a Páscoa, a Ascensão e o Pentecostes. Aos poucos foram se inserindo festas em honra à Virgem Maria e aos demais santos. Esses festejos normalmente marcavam acontecimentos importantes para questões econômicas, como, por exemplo, o pagamento de tributos aos senhores ou a festa da colheita.

O clero era, também, o responsável pela medição do tempo útil e também pelo tempo destinado ao descanso no Domingo,

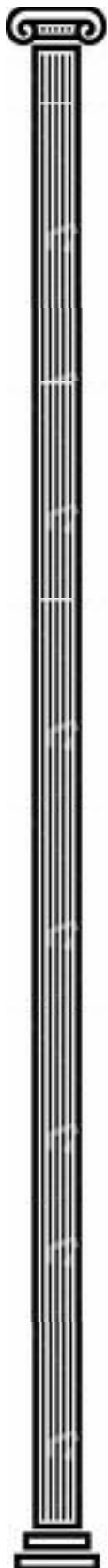
pela liturgia cristã que definia quais eram os dias santos e de festa, bem como os dias de trabalho e os de jejum. Jérôme Baschet afirma que o tempo da Igreja era dominante no medievo, mas pede que tomemos cuidado ao fazer essa afirmação, pois mesmo que a ideologia cristã tivesse total domínio sobre a população, a maioria dos camponeses não sabia e nem se importava que dia fosse (com exceção dos domingos e dias de festas), e é bem provável que não soubessem nem mesmo qual era sua própria idade e o dia do seu aniversário.

Os monges fornecem duas grandes novidades para o controle do tempo: os sinos, a partir do século VII (tempo monástico e tempo rural), e o emprego do tempo cotidiano, horas canônicas, modelo de todos os futuros empregos do tempo, dividido entre um tempo de prece e um tempo de trabalho. (LE GOFF, 2006, p. 536).



Segundo a narrativa da Igreja sobre a criação do mundo e do homem, eles foram criados em seis dias e o Criador descansou no sétimo, contemplando a sua obra. O domingo representava esse dia, e por isso devia ser reservado às orações e ao descanso.

Horas canônicas: São as várias partes do Ofício divino, escalonadas ao longo do dia: Laudes, como oração da manhã; horas menores (Tércia, Sexta e Nona, das quais se pode optar por uma única, hora intermédia, a mais adequada à hora do dia); Vésperas, ao anoitecer (considerada hora principal, juntamente com Laudes); Completas, ao deitar; e Ofício de Leitura, com o valor de tempo de oração meditativa durante a noite, embora podendo celebrar-se a qualquer hora. (Disponível em: <<http://www.portal.ecclesia.pt/catolicopedia>>. Acesso em: 15 jul. 2009).



O espaço

De fato, a relação das pessoas com o tempo na Idade Média explica muito sobre seu modo de vida, suas ações e sua cultura. Porém, convém destacar outro aspecto fundamental dessa época: o espaço. Compartilhamos com Jérôme Baschet a idéia de que o poder coercitivo do espaço teve mais força sobre esse povo do que o poder coercitivo do tempo.

A primeira condição para o funcionamento do sistema feudal era a fixação dos homens ao solo. Ora, a ligação dessas pessoas com a terra é indiscutível, pois a base da sobrevivência era a agricultura. Além do mais é a organização espacial em feudos que estabelece o lugar de cada um: vassalo ou suserano, servo ou senhor.

A divisão espacial em paróquias mostra que a Igreja teve importância ímpar também nesse aspecto. Para Baschet, a criação do quadro paroquial

aparece como um elemento fundamental do enclulamento, que contribui para a estabilidade das populações rurais e, então, para a solidez do laço entre os homens e o seu lugar, indispensável ao funcionamento da dominação feudal. (BASCHET, 2006, p. 341).

A paróquia reunia os grupos, formando aldeias ao redor da igreja (que era um edifício sacralizado) e do cemitério. O lugar central e para onde convergiam as atenções e os olhares era o altar – lugar onde a Igreja confirmava sua unidade através da eucaristia. Essa distribuição populacional ao redor dos edifícios sagrados origina um espaço “heterogêneo e hierarquizado, polarizado pelos santos e suas relíquias.” (BASCHET, 2006, p. 372).

No entanto, não podemos confundir vínculo à terra com imobilidade, pois, ao contrário do que se acredita, nem todos os homens e mulheres da Idade Média passavam a vida inteira no lugar onde nasceram, muitos deles viviam em constante movimentação e peregrinação.

Essa movimentação se dava pelo fato de que, nesse tempo, as propriedades podiam ser provisórias. Os indivíduos estavam inseridos em uma hierarquia que determinava sua posição social: o senhor tinha todo o direito de retomar do servo ou do vassalo a extensão territorial a ele concedida, desde que o transferisse para outra da mesma proporção. Entretanto, esse novo local poderia estar situado bem longe do local de origem.

Já a peregrinação estava associada às experiências de exterioridade e poderia funcionar como um meio de reforçar o vínculo com o lugar de origem. O espírito religioso que imperava nesta época empurrava as pessoas para a estrada. A busca pelos lugares santos e pelas relíquias sagradas movia boa parte da população medieval. A travessia era, na maioria das vezes, cercada de dificuldades: os caminhos longos e tortuosos, o frio e a fome, o medo da noite e da floresta,

Este medo da noite e da escuridão é perfeitamente explicável, pois a luz artificial era rara e cara e, além disso, a noite era entendida como o tempo do diabo, das coisas inexplicáveis, dos monstros e fantasmas. A floresta também exercia forte influência no imaginário medieval, pois “estava repleta de ameaças, de perigos reais ou imaginários. Ela era o horizonte inquietante do mundo medieval, cercandoo, isolando-o, estreitando-o” (LE GOFF, 2005, p. 125).

os ladrões e o mau estado das estradas e dos caminhos percorridos. A peregrinação, portanto, não visava a satisfação do desejo pessoal de conhecer novos lugares, nem mesmo era uma atividade de lazer. A peregrinação era praticada como uma penitência, como uma provação. Era uma das formas de purgar pecados graves, de se sacrificar pelo perdão divino.

Essas mobilidades e deslocamentos deixavam cada vez mais clara para os indivíduos a importância dos seus lugares e isso reafirmava neles o laço imaginário que os prendia ao seu espaço.

AS DUALIDADES MEDIEVAIS

O bem e o mal, ou Deus e o Diabo

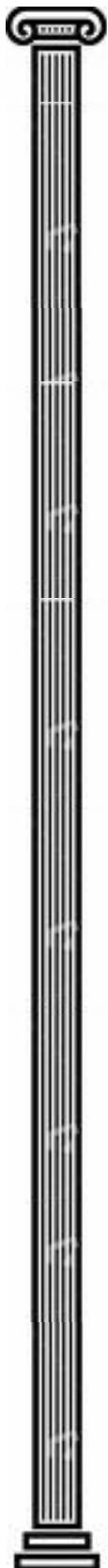
Era claro para a sociedade medieval: Deus era o criador de tudo, o que permitia milagres, o que punia e o que perdoava. Ele representava o lado do bem: onipresente e onipotente, liderava a terra e o além. Todos os cristãos sabiam que seu dever era temê-lo e respeitar suas leis, sob pena de ser condenado à danação eterna. Se fossem bons cristãos receberiam a dádiva da luz divina por toda a eternidade.

Mas Deus tinha um inimigo: o Diabo. E este também exercia uma forte influência sobre a mentalidade medieval. Ele era o anjo caído, aquele que desafiou o Deus Todo-Poderoso e foi expulso do Paraíso. Era a encarnação maligna, o inspirador dos pecados, o tentador dos homens e, principalmente, o das mulheres.

As mulheres eram vistas como mais fracas contra as tentações dos demônios, portanto mais suscetíveis às suas artimanhas.

E era ele que ambicionava tomar o poder sobre o céu e sobre a terra. Na mente dos homens e mulheres medievais é que acontecia essa batalha do bem contra o mal, liderados, respectivamente, por Deus e pelo diabo. E isso influenciava seriamente a concepção da moralidade (o que é certo e o que é errado), a vida em sociedade e as suas regras, e até a vida política: “A humanidade encontrava-se dividida entre esses dois poderes divergentes e irreconciliáveis. Se um ato fosse bom, provinha de Deus; se fosse mau, vinha do diabo.” (LE GOFF, 2005, p. 154).

Deus é, sem dúvida, o grande senhor da Idade Média, mas não podemos deixar de lado a importância da figura do Diabo, que “é uma das criações mais interessantes e



originais do cristianismo.” (BASCHET apud LE GOFF; SCHMITT, v. I, 2006, p. 319).

O Céu e o Inferno (e também o Purgatório)

Certamente as imagens do céu (Paraíso) e do inferno disputavam espaço na mente das pessoas na Idade Média. Uma das maiores preocupações dessa época era garantir a vida pós-morte no melhor lugar: o céu. Bons cristãos iam para o céu, maus cristãos ardiam no fogo do Inferno.

Mas, enfim, como era o céu e como era o inferno? E o que caracterizava o bom cristão? Segundo o imaginário medieval, o céu era um lugar lindo, repleto de inocência, de tranqüilidade, de alegria, de bondade e de beleza onde habitavam os eleitos, os santos e os redimidos. Os pássaros formavam a orquestra celestial acompanhada dos corais de anjos – que entoavam cânticos belíssimos – neste ambiente em que tudo atingia a perfeição: frutos saborosos, aromas deliciosos, flores coloridas e belas, músicas e a luz divina iluminando as almas. O portal do Paraíso era vigiado por exércitos angelicais e só poderia ser aberto com a chave guardada por São Pedro, o porteiro divino.

A idéia do inferno representava o oposto de toda essa beleza. Esse era o lugar do sofrimento eterno, reservado aos maus e pecadores. Era escuro, às vezes iluminado pelas labaredas do fogo eterno. Suas cores eram apenas o negro das trevas e o vermelho do fogo. Sua música não era nada agradável: gritos desesperados e gemidos de dor saídos da boca dos condenados, que sofriam os castigos aplicados por demônios horrendos ou executavam trabalhos forçados para pagar pelos pecados cometidos em vida. A paisagem também não era agradável: grandes montanhas com precipícios profundos, rios e lagos borbulhantes e fétidos, animais peçonhentos e monstros por toda parte. Os condenados entravam no inferno por uma ponte muito

estreita e escorregadia, impossível de ultrapassar, de onde se caía num profundo precipício.

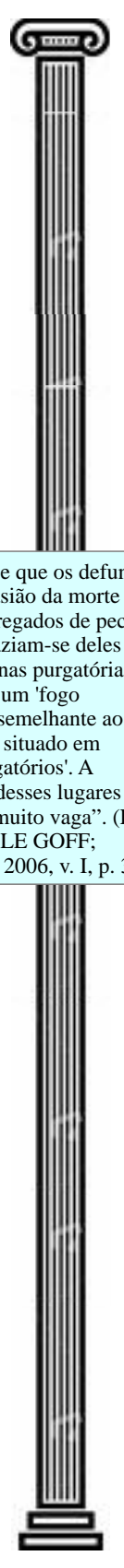
Para se livrar da condenação do fogo eterno, era necessário ser um bom cristão. O bom cristão deveria orar para Deus diariamente, seguir os mandamentos da Igreja, receber o corpo de Cristo através da comunhão, ser caridoso e piedoso, não cometer pecados. Mas isso não era tão fácil assim. Então, existia uma ressalva: se o pecador se mostrasse arrependido e confessasse suas faltas ao padre (que é o mediador, o intermediário entre os homens e Deus), receberia uma penitência correlata à gravidade dos seus pecados que, então, seriam perdoados. Mas isso deveria acontecer ao menos uma vez por ano e, é claro, mesmo assim as práticas pecaminosas deveriam ser evitadas.

Por volta do século XII, a Igreja amadureceu a idéia de Santo Agostinho

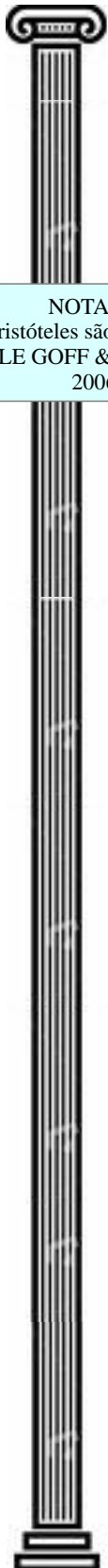
acerca da existência de um lugar intermediário entre o céu e o inferno, o purgatório. Esse lugar era igual ao inferno, porém passageiro. Todos que entrassem no purgatório um dia subiriam ao céu, nenhum iria para o inferno. O próprio purgatório não era eterno, pois desapareceria no Juízo Final. O tempo de permanência no purgatório dependia da quantidade de pecados cometidos e não confessados antes da morte e também das orações, missas e esmolas que os vivos (parentes e amigos) pagavam para diminuir o tempo de purgação de sua alma.

O riso e as lágrimas

O riso e as lágrimas também travaram uma batalha no período medieval. Havia várias discussões sobre a santidade do pranto e o pecado do riso. Jules Michelet referiu-se, em um de seus textos, ao dom das lágrimas que São Luís tanto aspirava. Também Aristóteles (que, embora



“Imaginou-se que os defuntos que pela ocasião da morte só estavam carregados de pecados 'leves', desfaziam-se deles sofrendo 'penas purgatórias' por meio de um 'fogo purgatório', semelhante ao fogo do Inferno e situado em 'lugares purgatórios'. A localização desses lugares continuava muito vaga”. (LE GOFF apud LE GOFF; SCHIMITT, 2006, v. I, p. 31).



NOTA: Michelet e Aristóteles são citados em LE GOFF & TRUONG, 2006, p.69 e 75.

tenha vivido muito antes do período medieval, teve sua obra muito admirada no medievo, principalmente a partir dos séculos XII e XIII) participou desse debate com a afirmação: “O riso é próprio do homem”.

Segundo a mentalidade da época, o corpo é dividido em partes nobres, ligadas ao espírito (como a cabeça e o coração), e em partes ignóbeis, referentes às tentações da carne (como as mãos, o ventre e as regiões ligadas à sexualidade). Além disso, acreditavam que algumas partes do corpo tinham a função de filtrar o bem e o mal, essas partes eram a boca, os olhos e os ouvidos.

Se as partes ignóbeis eram veículos para o pecado, o riso era visto como uma ação pecaminosa, por se originar no ventre, na região baixa do corpo. As lágrimas, pelo contrário, eram consideradas belas e santas, pois representavam a renúncia aos prazeres carnavais e o sacrifício através da dor. Chorar era considerado bom, pois acreditava-se que essa prática expelia o excesso de líquidos corporais, evitando assim o desejo sexual.

Além do mais, não há na Bíblia nenhuma referência de que Cristo tenha rido. Pelo contrário, as lágrimas de Cristo aparecem em várias citações e isso serviu de base para a idéia de que o riso não é próprio dos santos. Por isso ele era condenado. O riso, na Idade Média, era considerado demoníaco e poderia até condenar ao inferno.

O sexo e a castidade

A sexualidade também é um tema que deve ser abordado quando tratamos de dualismos medievais. Porém, temos que ser cautelosos, pois é um tema cercado de cuidados e envolto em tabus, ainda hoje, quanto mais na Idade Média. A cautela é tão necessária porque os documentos e as fontes (que servem de base para os

historiadores) foram, em sua maioria, redigidos pelos clérigos e os discursos embebidos na moralidade cristã. Como muito bem nos recomenda Ronaldo Vainfas (1986, p. 6), “[...] a história da moral cristã é certamente muito complexa e faz-se necessário pontuá-la, escutar-lhe as palavras, traça-lhe os passos, inquirir-lhe os segredos, fazendo um pouco à moda dos confessores do século XIII”. A certeza que devemos ter é a de que a teoria e a prática nem sempre combinavam.

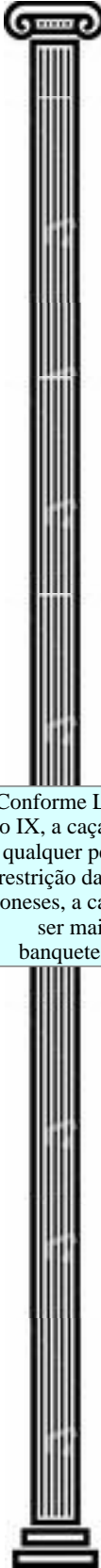
O corpo humano era cercado de mistérios e o excesso de líquidos corporais era entendido como responsável pela volúpia e sexualidade desenfreada. O prazer carnal era considerado pecaminoso, e o sexo deveria ser restrito à procriação. Mesmo entre esposos havia regras para o sexo. A passividade da mulher era uma dessas regras, bem como a abstinência em períodos de quaresma e o cuidado com os exageros e arrebatamentos. Além disso, práticas contraceptivas eram abominadas juntamente com a sodomia e qualquer manifestação homossexual ou tida como antinatural.

A civilização do trigo e a civilização da carne

Nesse livro tratamos de diversas mudanças (sociais, econômicas e culturais) resultantes da fusão entre os romanos e os povos bárbaros. Agora falaremos dos regimes alimentares das duas civilizações, que também se misturaram e alteraram de forma incisiva os costumes desses povos.

Os antigos romanos (e também os gregos) tinham sua alimentação baseada no trigo, no óleo de oliva e no vinho, enquanto os povos bárbaros privilegiavam o consumo de carnes, mas não deixavam de cultivar os cereais – dos quais produziam a cerveja. Durante a época do avanço bárbaro (aproximadamente nos séculos III e IV), essas diferenças alimentares tornaram-se uma espécie de símbolo representando de um lado a civilização e de outro a barbárie.





Lentamente os dois costumes alimentares foram se mesclando e cereais, legumes, carnes e peixes passaram a fazer parte fundamental da alimentação de ricos e pobres na Idade Média. Le Goff e Truong justificam essa afirmação:

Sofre-se pouco com escassez e penúria na alta Idade Média, sobretudo devido à fraca pressão demográfica, mas igualmente porque a alimentação nesse período é sem dúvida mais equilibrada do que se acreditou por muito tempo. (LE GOFF & TRUONG, 2006, p. 136).

Mas isso foi antes do século IX. A partir de então, as mesas de refeições do medievo deixaram bem claras as posições dos grupos sociais. A refeição de um nobre era baseada nas carnes de caça; a dos camponeses tinha como base os ensopados de legumes e cereais.

O pão estava presente nas duas mesas e, junto com o vinho, ocupava uma posição de destaque em razão do significado atribuído a ele pelo cristianismo. O vinho era muito consumido também pelo significado religioso cristão, mas, principalmente, substituindo a água que tinha muitas impurezas e poderia causar enfermidades.

Conforme Le Goff, até o século IX, a caça era liberada para qualquer pessoa. Com a restrição da caça para os camponeses, a carne passou a ser mais comum em banquetes da nobreza.

CAPÍTULO V

O FEUDALISMO: ASPECTOS FORMATIVOS

O sistema feudal existiu na Europa Medieval entre os séculos IX e XII, período no qual predominou no interior da sociedade uma forma de organização política descentralizada, assentada na modalidade de economia rural, fechada e de subsistência, produzida pela força do trabalho servil.

Esse sistema pode ser visto como um modo de produção a partir do século IX, definido após um longo processo de formação, cujos elementos foram reunidos através do contato entre romanos e germânicos. Essa estrutura foi marcante na região que passará a ser denominada de Europa Ocidental, antiga área territorial e política do Império Romano do Ocidente e será responsável pela consolidação de conceitos e valores que se perpetuarão ao longo de séculos.

O Feudalismo, temporalmente, não coincide com o início da Idade Média

no século V. Ao analisarmos os fatores internos que propiciaram a desintegração da unidade imperial romana, vamos encontrar elementos que, ao serem introduzidos como possibilidades de solução para a crise romana, acabaram por gerar o aparecimento de relações sociais de trabalho que viriam a se consolidar como elementos formadores do novo sistema econômico.

Dessa maneira, devemos entender por Feudalismo o

modo de produção no qual as relações sociais de produção estão baseadas na servidão; a propriedade dos meios de produção está dividida entre a classe dominante, a nobreza feudal, e a classe dominada, os servos, cujo objetivo fundamental da produção é o valor de uso. (MONTEIRO, 1987, p. 5).

Segundo Le Goff (1980, p.12), a Idade Média é, pelo menos para as sociedades ocidentais, não um vazio ou uma ponte, mas um grande impulso criador cortado por crises, graduado por deslocções no espaço e no tempo, segundo as regiões, as categorias sociais, os setores da atividade, diversificada nos seus processos.

Por suas características serem resultantes da fusão de duas estruturas políticas completamente diferentes, houve a necessidade de um período maior para a sua consolidação. Para entendermos esse modo de produção, segundo Arruda (1989, p. 353), as suas etapas de formação e duração foram divididas nas seguintes fases:

- Formação: século IV ao IX.
- Cristalização: século IX ao XII.
- Transformação: século XII ao XV.
- Desintegração: século XV ao XVIII.

Dessa forma, o Feudalismo não se estruturou do mesmo modo nas várias regiões da Europa Ocidental. É na região da Gália, mais precisamente entre os rios Loire e Reno, território em que se assentou a estrutura administrativa do Império Carolíngio, que vamos encontrar a forma clássica do Feudalismo.

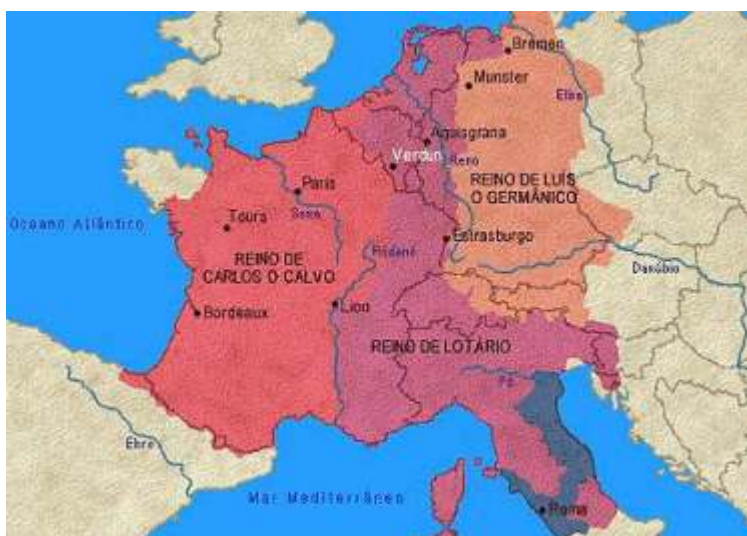


Extensão territorial máxima do Império Carolíngio.
Disponível em:
<<http://www.historianet.com.br>>. Acesso em: 17 jul. 2009.

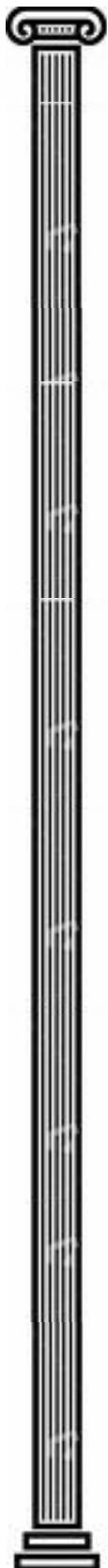
Segundo Monteiro, compreender a passagem da ordem escravista romana para o Feudalismo não é tarefa fácil, mas se partirmos da organização administrativa do Império Carolíngio podemos entender melhor tal processo.

Carlos Magno aproximou-se da Igreja Católica, criou os condados, dando aos condes enormes extensões de terras e uma parte dos rendimentos da região administrada. Durante sua reforma administrativa, foram criados cargos de funcionários reais como, por exemplo, os *missi dominici*, verdadeiros fiscais do imperador nas províncias. Havia, ainda, o *beneficium*, doação de terras aos nobres que prestassem serviços ao Imperador. Com o tempo, aquilo que deveria auxiliar na administração e garantir a coesão do Império ganhou autonomia e contribuiu para a fragmentação da sua estrutura, fazendo com que os senhores locais exercessem grande poder sobre suas terras, diminuindo a força de qualquer poder central. (MONTEIRO, 1987, p. 25).

Assim ocorreu a fusão dos elementos romanos e germânicos e, com os desdobramentos após a assinatura do Tratado de Verdun (acordado em 843 na cidade livre imperial de Verdun, hoje uma cidade da França, entre os três filhos sobreviventes do imperador carolíngio Luís I, o Pio, morto em 840 – Lotário I, Luís II, o Germânico, e Carlos, o Calvo), o Feudalismo consolidou-se como um sistema. O Tratado de Verdun acabou com uma luta entre os netos de Carlos Magno e consolidou o poder local da aristocracia territorial que deu origem ao modo de produção feudal.



Divisão política do Império de Carlos Magno pelo Tratado de Verdun. Disponível em: <<http://www.historianet.com.br>>. Acesso em: 17 jul. 2009.



Pelos termos desse acordo, o Império de Carlos Magno foi dividido em três partes, terminando dessa maneira com a breve e aparente unidade política da Europa Ocidental.

O filho mais velho de Luís, o Pio, Lotário, que sucedeu o pai no trono do Sacro Império Romano, recebeu a porção central do Império, incluindo a Itália, os Países Baixos, a Alsácia, a Lorena e a Borgonha. Luís II, o Germânico, passou a controlar o reino franco oriental, conhecido como Alemanha. Carlos, o Calvo, depois intitulado Carlos V imperador do Sacro Império Romano-Germânico, recebeu a parte ocidental do Império, que deu origem à França.

Com o enfraquecimento do poder central, os nobres da fortalecida aristocracia territorial passaram a exercer de fato um poder cada vez maior em seus domínios. As chamadas invasões tardias, no século IX, dos Normandos, Magiares, Eslavos e Muçulmanos, vindas de todas as regiões, serviram para testar esse poder e afirmar a idéia de poder local descentralizado.

Após essa onda de devastação e insegurança gerada pela movimentação desses últimos grupos de povos bárbaros, a Europa Ocidental passou a enfrentar uma grave retração no comércio e na vida urbana, conforme afirmamos anteriormente. Esse cenário foi analisado por Perry (2002, p. 159):

A economia européia, já enfraquecida, entrou em colapso; a autoridade política dos reis desapareceu; e a vida cultural e o conhecimento feneceram. [...]. A Europa ingressara na era do feudalismo, na qual a unidade essencial de governo não era o reino, mas um condado ou uma castelania, e o poder político era a propriedade privada dos senhores locais.

Foi a partir da Região da Gália que esse sistema se irradiou por toda a Europa.

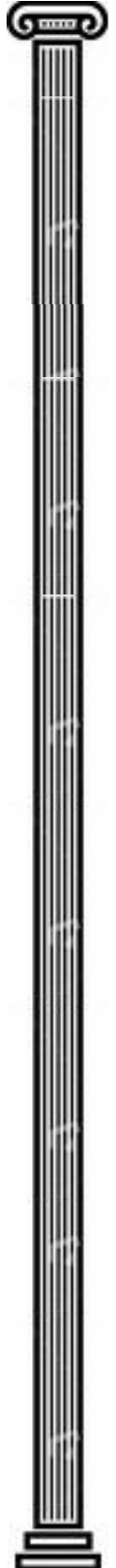
Foi entre o Loire e o Reno que apareceu pela primeira vez a servidão, onde se desenvolveu um sistema senhorial, onde a justiça foi mais profunda e, por fim, a subenfeudação foi mais acentuada. Nessa região, as vilas conviviam com numerosas aldeias camponesas, reduto de mão-de-obra em potencial. Entre os séculos VII e IX observa-se a tendência à ampliação da vila através do desbravamento de novas áreas para a exploração agrícola como também a incorporação do vicus, suas terras e seus habitantes. (ANDERSON, 1991, p. 153).

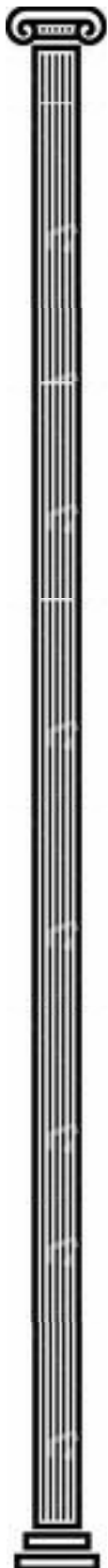
Essa incorporação ocorreu de diversas maneiras: de forma violenta por parte da classe dominante ou por meio da entrega da terra pelos camponeses independentes, homens livres, em busca de proteção por se sentirem ameaçados ou inseguros diante da instabilidade política e econômica gerada anteriormente pelos reis merovíngios, também conhecidos como Reis Indolentes.

Devido a essa fusão e pela forma como Carlos Magno organizou seu Império é que o Feudalismo francês foi tomado pelos historiadores como protótipo, a partir do qual se definiram outros, como um modelo teórico para analisar todas as formas e variantes.

Tipos de Feudalismos

Não se pode dizer, portanto, que houve um modelo único e definido de Feudalismo. Havia elementos que não eram apenas econômicos e podiam ou não coexistir com outros, de caráter social, político e cultural, atenuados ou não pelas condições materiais e mentais em que se desenvolveram, em conformidade com uma hierarquia de valores, em cada região da Europa Ocidental e em cada época. Para Marc Bloch, seria um erro irreparável se a civilização feudal fosse tratada como se constituísse, no tempo, um bloco de uma só peça, ancorada no sistema feudal (BLOCH, 1982, p. 202). Assim, além da região da Gália,





podemos citar outros dois casos de implantação do Feudalismo de forma diferenciada: Inglaterra e Espanha.

Na Inglaterra, onde os Normandos encontraram uma sociedade com forte presença comunal e grande conscientização de seus direitos políticos e territoriais, fruto da luta para expulsar os dinamarqueses, seus últimos invasores, os Normandos confiscaram e distribuíram entre si as terras e reduziram o campesinato à servidão. Como resultado, houve o “[...] surgimento de um Estado altamente centralizado e uma resistente justiça popular que, a partir de então, caracterizou a Inglaterra Medieval.” (ANDERSON, 1991, p. 156).

Na Espanha, predominou a formação de senhorios militares não hierarquizados entre si, mas vinculados por juramento de fidelidade a um chefe militar supremo, nesse caso o Rei. Os exércitos, força militar cristã, enfrentaram os muçulmanos, inimigos amaldiçoados, infiéis, que deveriam ser expulsos a qualquer preço. Em cada região conquistada, as comunidades locais eram expulsas ou reduzidas à escravidão. Os camponeses livres e que professavam a fé cristã recomendavam-se a um chefe militar como forma de garantir sua permanência nas terras e, ao mesmo tempo, assegurar proteção. A servidão dos camponeses foi imposta como solução para o problema do êxodo rural e para garantir mão-de-obra suficiente para a exploração agrícola do território espanhol. (ANDERSON, 1991, p.163).

O que é Feudalismo

Dadas as várias formas de implantação do Feudalismo na Europa Ocidental e a sua complexidade durante as fases de formação nas diversas regiões em que esse sistema existiu, é preciso entender o Feudalismo em cada uma de suas formas de funcionamento.

Quanto ao aspecto econômico, o Feudalismo pode ser entendido como um fenômeno de regressão, que traduz o


atrofiamento de uma estrutura econômica, resultante do isolamento imposto a uma economia que gera uma diminuição da produção, devido à impossibilidade do sistema em tirar vantagens da especialização e da divisão do trabalho. (FURTADO, 1954, p. 29).

No aspecto jurídico-social, pode ser entendido como uma organização política em que o poder está distribuído entre suserano, indivíduo cuja autoridade política permitia a concessão, através de um ato simbólico, do direito de uso das terras para os seus vassalos, indivíduos pertencentes à nobreza que recebiam a concessão de uso das terras e se colocavam em subordinação a outro indivíduo, geralmente o rei, politicamente mais forte que eles e se encontravam ligados por laços de subordinação. A dinâmica no funcionamento do sistema prende-se ao mecanismo de reciprocidade entre os componentes do sistema. O suserano oferece proteção à propriedade e ao seu vassalo, enquanto este deve tributos e serviços ao suserano. (WILLEMS, 1969, p.21).

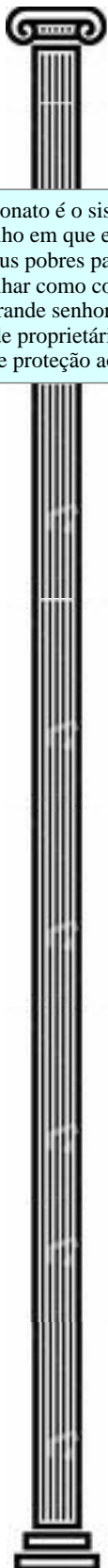
Politicamente, o Feudalismo pode ser entendido como uma forma de sociedade que surge em consequência do colapso do governo central, na qual homens se agrupam e se vinculam através de juramentos de fidelidade para fins de defesa local, ao redor de outros homens mais fortes que eles. (FRANCO JUNIOR, 1988, p. 87).

Do ponto de vista das relações sociais, o sistema feudal pode ser identificado através de três formas de relações sociais desenvolvidas entre os homens e o processo de produção: as relações comunitárias realizadas entre os servos;

as relações vassálicas dominantes entre os senhores feudais; e as relações servis que estão embutidas nas relações comunitárias e nas relações vassálicas senhoriais. As relações servis são fundamentais para o funcionamento do sistema e caracterizam-se pelas obrigações impostas pelo senhor ao seu servo. (DOBB, 1983, p. 28).



A palavra *servus* provém do latim e significa escravo, indivíduo juridicamente preso a terra em que trabalhava, para si e para seu senhor. Ser servo implicava em não gozar de liberdade, ter incapacidades jurídicas.



O colonato é o sistema de trabalho em que escravos e plebeus pobres passaram a trabalhar como colonos para um grande senhor de terra. O grande proprietário oferecia terra e proteção aos colonos.

Definido após um longo processo de formação (séc. IV ao VIII), o Feudalismo resultou da conjugação de diversos fatores agrupados em estruturais e conjunturais. Os primeiros vieram de elementos do mundo romano, como a *Villa*, que era o microcosmo da economia romana. Era a grande propriedade, herdada da antiga e decadente estrutura agrária romana em mãos da classe dominante leiga ou eclesiástica e trabalhada através da mão-de-obra servil. A *Villa*, na nova estrutura fundiária, representou a base da produção agrícola; a decomposição do escravismo que deu origem aos colonos

e, posteriormente, foram juridicamente transformados em servos. Do mundo germânico participaram dessa amálgama a economia natural, cuja produção destinava-se para o consumo imediato, o sistema de trocas, realizadas quando necessárias e feitas com produtos; a organização social constituída por estamentos, sem mobilidade e o sistema político baseado no individualismo das tribos e na inexistência da noção do Estado.

A fusão dos elementos formadores da nova estrutura econômica foi lenta e gradual e durou cerca de quatro séculos, tempo necessário para que se consolidasse a instalação das unidades políticas descentralizadas. Também contribuíram de maneira decisiva para a consolidação do poder político nas mãos da nobreza as chamadas invasões tardias, movimentações de povos como, por exemplo, os muçulmanos no século VIII que, motivados por fatores religiosos e econômicos, empreenderam inúmeras conquistas pelo Oriente Médio, pelo Norte da África – onde atravessaram o Gibraltar, ocupando parte da Península Ibérica –, sendo contidos no Sul da França pelo exército de Carlos Magno.

Como conseqüência desse avanço territorial, o Mar Mediterrâneo foi fechado e transformado num imenso lago

muçulmano, a Europa ficou isolada e sem acesso aos produtos tão cobiçados do Oriente. A consequência foi uma forte retração das atividades comerciais, o que veio a consolidar a ruralização da sociedade, firmando assim a tendência da produção de subsistência, característica essa que marca e sustenta toda a sociedade feudal.

Após a movimentação dos muçulmanos, vieram em seguida os normandos, os magiares, os húngaros e os eslavos que penetraram os rios e os vales do Norte da Europa, gerando insegurança pela Europa, o que acentuou a belicosidade dos senhores feudais que puderam testar seus exércitos locais, expulsando os invasores e consolidando-se como novas referências no poder político.

Estava implantado o sistema feudal, modo de produção cujas características residiam nas atividades agrícolas, e seu funcionamento se dava através das relações de dependência e subordinação entre os indivíduos. A posse da terra estava nas mãos da nova aristocracia territorial, os senhores feudais. No século IX, não havia senhor sem terra e nem terra sem senhor. O uso da terra era vital para a manutenção do sistema.

Além dos produtos vindos através da exploração das terras cultiváveis, havia também outras explorações que complementavam a economia feudal, são elas, criação de pequenos animais, cultivo de pomares, hortas domésticas, criação de peixes, fabricação de vinho e cerveja, além da carne de caça.

Todas essas atividades eram realizadas num espaço territorial denominado de feudo. O feudo foi o resultado da evolução histórica da *Villa* romana. Era a base física do sistema, uma propriedade juridicamente constituída. Imaginar o tamanho de um feudo é algo difícil dada a sua variação de forma e tamanho. Para tentarmos entender o feudo, devemos imaginar como se estrutura uma grande propriedade rural, um latifúndio da época contemporânea.



O latifúndio, na Antigüidade, era a *Villa* romana, na Idade Média era o grande domínio privado em mãos da aristocracia territorial e, no sentido moderno, é um regime de propriedade agrária caracterizado pela concentração desequilibrada de terras pertencentes a poucos proprietários com ou sem aproveitamento.

A figura a seguir nos dá uma idéia de um feudo.



Planta Baixa de um feudo medieval. Disponível em: <http://www.lib.utexas.edu/maps/historical/history_europe.html#P>. Acesso em: 15 jul. 2009.

Internamente, o feudo era dividido em três formas de posse e uso da terra. A primeira era a posse e uso coletivo das chamadas terras em comum. Eram as áreas onde estavam localizadas as pastagens e as matas nativas e que poderiam ser utilizadas tanto pelos servos quanto pelo senhor.

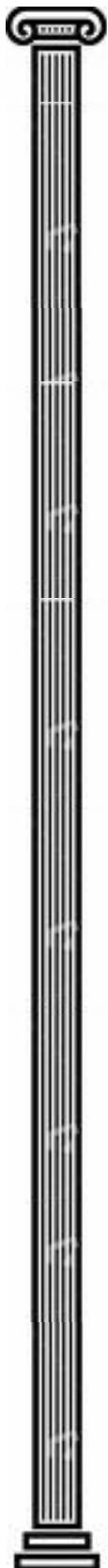
Essas terras pertenciam a todos ou não eram de ninguém. Por isso em determinadas regiões eram também denominadas de terras abertas. Dessas áreas, os servos recolhiam frutos silvestres, cortavam a madeira para as diversas construções e lenha para queimar nos fornos. Já o senhor usufruía de seu direito de caça.

O segundo tipo era o Domínio Senhorial, local privilegiado que compreendia cerca da metade de todas as terras cultivadas do feudo. Nele estava construído o castelo, uma fortaleza, símbolo do poder político na Europa Feudal.



Representação de um Domínio Senhorial. Disponível em: <http://www.historialivre.com>. Acesso em: 17 jul. 2009.

O Domínio Senhorial era uma terra de posse de uso exclusivo do senhor, uma espécie de propriedade privada, cultivada pelos servos, cuja produção era totalmente destinada ao consumo do senhor e de sua família. Segundo Franco Júnior (1988, p. 42) esta parte do feudo, geralmente bastante extensa, não era, contudo, caracterizada pelo seu



tamanho, muito variável no tempo e no espaço, mas pela sua estrutura de funcionamento. Nela encontra-se, além da área de terra explorada economicamente pelo senhor, o seu castelo, residência oficial do senhor e sua família e as demais instalações, como os celeiros, estábulos, cavalariça, horto, pomar, moinhos, oficinas artesanais, pastos, bosques, fonte de água e a área de terra cultivável.

Nas oficinas, as atividades distribuía-se entre a fiação, a tecelagem, a marcenaria e a metalurgia, visando sempre depender o mínimo possível de produtos externos, para evitar gastos desnecessários e economizar as poucas moedas e as peças de ouro ou prata acumuladas pelo senhor.

O restante da propriedade era dividido em campos de cultivo e denominado Manso Servil ou tenência, cuja exploração ficava a cargo exclusivamente dos servos dos Domínios, ligados em caráter permanente ao castelo do senhor, os quais trabalhavam todo o tempo nos campos deste e não apenas 2 ou 3 dias por semana.

Nesse sistema havia vários graus de servidão:

- **Fronteiriços:** camponeses muito pobres, com arrendamentos pequenos em torno de um hectare.

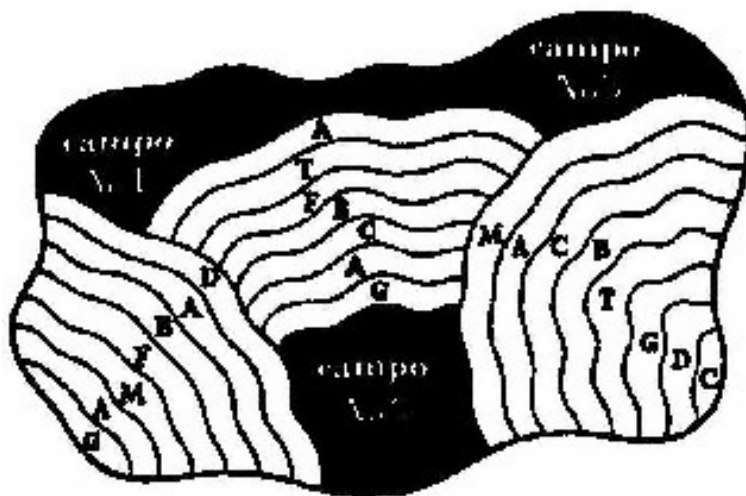
- **Aldeões:** não possuíam arrendamento, somente uma cabana, trabalhavam para o senhor como contratados em troca de alimento.

- **Vilãos:** habitantes das *Villas*. Servos com maiores privilégios econômicos e sociais e menores deveres.

- **Proprietários independentes:** camponeses que apenas pagavam tributos.

Independente de sua classificação social, os servos viviam em condições precárias. Habitavam cabanas de um único cômodo, construídas com palhas de trigo. Nela moravam todos os membros pertencentes àquela família, além dos animais domésticos.

Além desses graus de servidão, subsistiam camponeses livres, donos de terras, os chamados alódios, porções de terras que não foram vinculadas aos grandes Domínios. Esses proprietários sofriam pressões dos senhores feudais no sentido de vincular esses espaços sob sua jurisdição política.

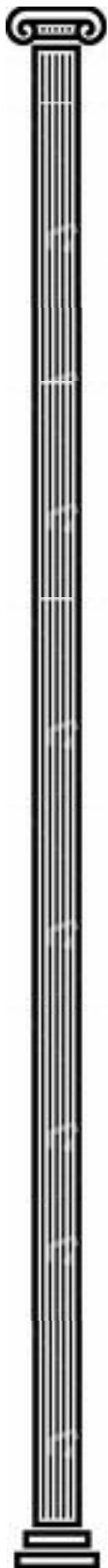


Terras camponesas num senhorio típico. Disponível em: LOPEZ, R. S. *O nascimento da Europa*. Lisboa: Cosmos, 1965. p. 180.

Cada Manso Servil era dividido em faixas ou tenências de terras descontínuas e cada servo tinha direito a um número variado de faixas. Em vários feudos a faixa que cabia a cada servo não era contínua, ou seja, as terras dos vários servos eram subdivididas e intercaladas às outras áreas.

Segundo Huberman (1986, p.5), a jornada e as condições de trabalho de um camponês eram variadas. Além de dar conta das atividades agrícolas em suas faixas de terras, cuja extensão variava de 6 a 12 hectares na Inglaterra e de 15 a 20 hectares na França, tinha que realizar outras atividades para a manutenção da aldeia e ainda pagar corvéia ao seu senhor.

O sistema trienal implicava a divisão da terra em três grandes campos de cultivo. Assim, cada servo precisava ter um lote de terra instalado em cada uma das áreas, lotes A, B, C, D, G, T, M. Portanto, sua terra estava fracionada. As faixas de terra não estavam cercadas,



facilitando o trabalho comunitário (ver aspecto das relações sociais no Sistema Feudal), por isso o sistema era conhecido por campo aberto.

Esse sistema de exploração agrícola em faixas contínuas e abertas foi típico do período feudal. Apesar da precariedade na exploração das terras pelos servos algumas tecnologias foram desenvolvidas e ainda são utilizadas em diversas regiões do mundo na exploração da terra, como podemos citar a rotação de cultura, adubação orgânica, repouso de campos, enfim, formas de conseguir maior produtividade.

O grande progresso, na época, foi a substituição do sistema de dois por três campos. Embora os camponeses feudais não soubessem ainda quais as colheitas que melhor se sucederiam, a fim de não esgotar o solo, na verdade sabiam que o cultivo do mesmo tipo, todos os anos, no mesmo local, era ruim, e assim mudavam o plantio, de campo para campo, todo ano. (HUBERMAN, 1986, p. 4).

Nesse sistema, o camponês cultivava, no primeiro ano, uma parcela da terra, campo I, com a semeadura do trigo, uma cultura de inverno; a segunda parcela de terra, campo II, é cultivada com a semeadura da cevada para ser colhida na primavera e destinada para a fabricação de bebidas e alimentação animal. O campo III, nesse primeiro ano de cultivo das faixas, permanece sem cultivo, em repouso (pousio = posto de lado), para um descanso de um ano. No ano seguinte, inicia-se a rotação de terras e de cultivo; a parcela em repouso é semeada com uma cultura de inverno, a primeira parcela recebe a semeadura de cevada para ser colhida na primavera e a segunda fica em repouso. No terceiro ano, completa-se a rotação com a primeira parcela em repouso, a segunda recebe semeadura de cultura de inverno e a terceira recebe semeadura de cultura para ser colhida na primavera.

Visualmente o esquema aproximado de uma cultura em três campos seria assim representado.

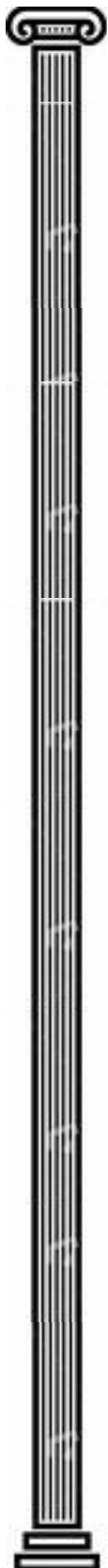
	1 ANO	2 ANO	3 ANO
CAMPO I	Trigo	Cevada	Pousio
CAMPO II	Cevada	Pousio	Trigo
CAMPO III	Pousio	Trigo	Cevada

Disponível em HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986. p. 5.

A utilização desse sistema de exploração de campos abertos representou um avanço nas técnicas agrícolas utilizadas e a intensificação na agricultura. Apesar de o Sistema Feudal se caracterizar pela exploração do trabalho servil, o servo não era considerado um escravo, porém não era, também, um homem livre. Não havia terra sem servo e nem servo sem terra. O que determinava a condição servil era o vínculo jurídico com o seu senhor e a terra, ou seja, o servo estava vinculado diretamente a um senhor e preso à terra.

Ao receber, sob a condição de posse, uma faixa de terra para viver e trabalhar e, ao receber proteção do seu Senhor, o servo está juridicamente obrigado a trabalhar naquela terra para sempre e para o mesmo senhor feudal, não podendo abandonar a terra. Essa relação de subordinação e de exploração definiu-se lentamente desde a crise do Império Romano com o objetivo de estabelecer o colonato como forma de organização da mão-de-obra. O colono foi o precursor do servo.

O Sistema Feudal foi um sistema criado para sobreviver da exploração dos servos, de forma que, de toda a produção obtida pelos servos em seus lotes de terras, grande parte era destinada ao senhor feudal através do pagamento de impostos e taxas. Isso se justificava de duas maneiras: economicamente, o Senhor Feudal cobrava dos camponeses um valor pelo aluguel de uso da terra e pelo uso das terras comunais, por conta do fato de o senhor ser o proprietário da terra em que se assentava a família do camponês; politicamente



ou seja, concedida pelo seu suserano por ocasião do processo de enfeudação. O Senhor Feudal cobrava determinadas taxas do servo por deter poderes militares, judiciais e econômicos; era o direito de ban, ou seja, o direito de julgar, punir e taxar.

A cobrança era feita em produtos agrícolas, gêneros alimentícios. Os servos deveriam entregar ao senhorio cerca de 10% da colheita e uma quantidade determinada de aves, porcos, mel e ovos. Deveriam entregar ainda produtos fabricados artesanalmente em madeira, tecidos em lã ou linho, além de guardar porções de medidas de sementes para o plantio nas terras do senhor no ano seguinte.

A citação abaixo, do século IX, mostra com clareza essa parte das obrigações que recaíam sobre o camponês e sua família.

Walafredus, um colono e sua mulher, uma colona, [...] homens de Saint Germain, têm dois filhos, [...]. Ele detém dois mansos livres com sete bunuaria (um quarto de acre) de terra arável, seis acres de vinha e quatro de prados. Devem por cada manso uma vaca por ano, um porco no ano seguinte, quatro denários pelo direito de utilizar a madeira, dois módios (18 a 26 litros) de vinho pelo direito de usar as pastagens, mais uma ovelha e um cordeiro. Deve ainda lavar quatro varas para um cereal de inverno e duas varas para um cereal de primavera. Devem corvéias, carretos, trabalho manual, cortes de árvores quando para isso receber ordens. (GUÉNARD apud MONTEIRO, 1987, p. 47)

Essa cobrança em gêneros e produtos fazia do Sistema Feudal um sistema altamente explorador, pois o senhor se apropriava dos escassos excedentes das pequenas explorações familiares.

Além desses pagamentos em produtos, o servo ainda estava obrigado ao pagamento da corvéia, que consistia no trabalho gratuito nas terras do seu senhor. Um tipo de corvéia muito comum no cultivo das terras do senhor era de

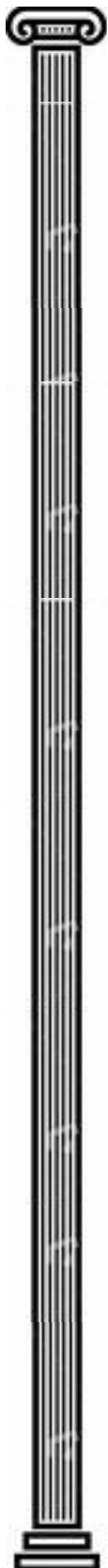
três dias da semana, ou seja, o camponês deixava sua faixa de terra sob os cuidados da família e se dirigia às terras do senhor para realizar as tarefas pertinentes ao cultivo do campo. A corvêia de três dias generalizou-se por toda a Europa Feudal.



O trabalho do servo.
Disponível em: <<http://www.ricardocosta.com>>.
Acesso em: 17 jul. 2009.

Outra modalidade de corvêia estava vinculada ao pagamento sob a forma de prestação de serviços nas instalações do feudo do senhor, como, por exemplo, o reparo das estradas e a construção de pontes, os reparos no moinho, forno, estábulo e os serviços de transporte.

Além desses pagamentos, outros ainda eram executados pelo senhor em função de exercer o direito de ban. Eram as banalidades, cobrança feita aos servos sob a forma de presentes obrigatórios em ocasiões festivas e, principalmente, o dízimo pago ao senhor pelo uso das instalações do domínio, uso do celeiro, moinho, forno, lagar, tonéis e pela cabana que abrigava a família do camponês.



Foram essas cobranças que, segundo Fourquin (1978, p. 31), mais pesaram sobre a vida dos camponeses.

As banalidades eram classificadas em:

- Taxas que o senhor cobrava pelo monopólio das instalações edificadas no interior de suas terras, instalações essas que o servo tinha necessidade de utilizar;

- Impostos sobre a circulação de mercadorias que eram transportadas até o mercado local para as feiras, cobrados por atravessar a ponte e pelo uso das estradas;

- Requisição de alojamento, comida, bebida e cavalos durante as viagens que o senhor fazia pelo interior de seu feudo;

- Multas, taxas judiciárias e pagamento dos encargos militares, considerados os mais pesados, diante da situação de empobrecimento dos servos e daqueles que se entregaram à servidão pela perda das suas terras.

Existiam ainda outras obrigações, como a capitação, o censo, a talha, as taxas de casamento, a mão morta e as prestações que eram responsáveis por retirar dos servos praticamente tudo o que eles produziam. De acordo com um observador do século XII, o camponês:

nunca bebe o produto de suas vinhas, nem prova uma migalha do bom alimento; muito feliz será se puder ter seu pão preto e um pouco de sua manteiga e queijo [...]. Se ele tiver ganso ou galinha gorda, bolo de farinha de trigo em seu armário, tudo isso terá de ser do senhor. (PARAIN, 1973, p. 35).

Apesar de todas essas obrigações, a economia feudal se caracterizou por ser natural em função das trocas diretas, feitas pelos camponeses de produtos por produtos não havendo, portanto, a figura do intermediário, figura comum na economia capitalista; foi uma economia de subsistência porque produzia somente os produtos em quantidade para subsistência do camponês e de sua família, não havia a

produção de excedentes para gerar lucro; e, por fim, foi uma economia desmonetarizada por não se utilizar de qualquer tipo de moeda nas transações.

Mesmo ao longo do período e de todas essas características formativas o Feudalismo não foi economia completamente fechada. Houve o desenvolvimento de atividades comerciais de forma irregular e de intensidade variável. O estabelecimento de necessidades variadas é uma característica inerente ao ser humano. Havia necessidades de consumo de algumas mercadorias que não eram produzidas no interior dos feudos, mas que eram encontradas em outras regiões da Europa Ocidental. Além desse pequeno comércio interno e entre os feudos de produtos considerados essenciais, havia ainda o comércio externo de produtos vindos de outras regiões do Oriente, cujos produtos eram de primeira necessidade como, por exemplo, o sal, especiarias como a canela em ramo, pimenta, cravo da Índia e artigos de luxo, como tapetes, porcelanas e pratarias, eram trazidos para serem consumidos apenas por parcelas da sociedade feudal, a nobreza e o clero.

Sociedade feudal

A estrutura social, que moldou a sociedade feudal, era composta pelo clero, pelos nobres e pelos servos. Não se permitia a mobilidade do indivíduo entre os estamentos sociais. Segundo a Igreja e a interpretação dos textos sagrados, o homem estava predestinado a pertencer a um determinado estamento e essa era uma condição já definida por Deus e materializada por ocasião do nascimento do indivíduo, ou seja, quem nasce servo será sempre servo e quem nasce nobre cuide-se para não tornar-se servo de outro nobre. A posse da terra era outro critério de diferenciação dos grupos sociais, ou seja, a capacidade jurídica de enfeudar-se politicamente a outro senhor mais forte que ele.



Dessa maneira, as condições sociais básicas presentes nesse tipo de sociedade eram duas: a de senhor feudal e a de servo. O nobre, juridicamente reconhecido como senhor feudal, caracterizava-se pela posse da terra, propriedade pessoal do Rei ou do Imperador, e dos meios de produção. Era o representante Rei. Havia também os servos que numericamente representavam a grande maioria da população sem direitos, a não ser produzirem para sua subsistência e para pagar as taxas e impostos devidos ao seu senhor.

Existia ainda uma terceira condição que estava muito presente nesse tipo de formação social, sociedade agrária, estamental e funcional, que eram os elementos ligados às atividades religiosas, o clero, cujo papel era o de justificar as idéias e as ações dos indivíduos no tempo e no espaço.



Pirâmide Social do Feudalismo. Disponível em: VICENTINO, Cláudio. **História Geral**. São Paulo: Scipione, 1991. p. 53.

Afirmava a condição servil do homem daquela época, predestinado a obedecer aos desígnios do Criador. Essa maneira de pensar via uma escala de valores determinada a partir dos próprios valores impostos pela religiosidade. Por essa razão, o homem dessa fase medieval privilegiava os bens do espírito, da alma, da vida pós-morte, em detrimento do corpo e da vida carnal, terrena. (PERRY, 2002, p. 187)

A Igreja, na Idade Média, detinha o poder de instrução e de organização tanto na vida política quanto no desenvolvimento cultural da sociedade, de maneira que os homens seguiam os seus ensinamentos sem qualquer questionamento, ou seja, a Igreja ditava as regras e as normas para a sociedade e esta se prestava a segui-las. Era o Teocentrismo

forma de pensamento instituído pela Igreja e aplicado naquela organização social.

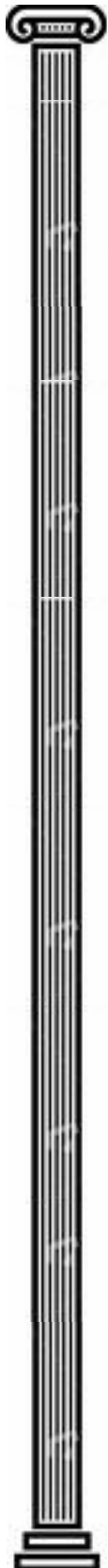
Para a Igreja Medieval, a natureza humana era apenas a expressão da vontade divina, não cabendo aos seres humanos questioná-la. Pela interpretação do pensamento teocêntrico, Deus era concebido como ser absoluto capaz de ditar normas sociais e de comportamento individual, estabelecendo o dualismo entre o bem e o mal, a salvação e a condenação, tão comum aos olhos e atitudes do homem medieval.

No interior dessa sociedade, o clero, representante de Deus na terra, possuía relativa importância: além de desempenhar um papel específico no campo da religião, controlava o tempo, as relações sociais dos indivíduos e estabelecia valores culturais e mentais. Esse papel do clero era definido pela hierarquia da Igreja que, ao longo da Idade Média, foi adquirindo supremacia política, econômica e cultural. Graças à evangelização dos reis germanos da Europa, o cristianismo passou a ser o principal elemento de integração entre os povos do continente.

Foram os Francos, ainda pagãos no fim do século V, que fazem uma escolha politicamente mais pertinente: seu rei, Clóvis, percebe muito bem a força adquirida pelos bispos de seu reino, decide converter-se ao cristianismo (católico) e faz-se batizar, em companhia de três mil soldados de sua armada, por Remígio, bispo de Reims, em data que as fontes não permitem estabelecer com certeza (496 ou 499?). (BASCHET, 2006, p. 61).

Com seu poder ampliado em relação ao período romano, a Igreja tornou-se, durante a Idade Média, a principal referência de poder. Além de possuir muitas terras, possuía um exército de vassallos e de colaboradores e era vista como o centro da cultura e do conhecimento da época. Através da preservação da cultura romana, incentivou o ensino, fundou escolas, orfanatos e hospitais. Seu patrimônio, mais especificamente o patrimônio do Alto





Clero, que por sua vez recrutava seus membros na nobreza feudal, tendeu a aumentar, enquanto o dos nobres tendeu a diminuir. “Daí o fato de o clero, grupo social que não se auto-reproduz devido ao celibato, requisitar seus membros na nobreza, toda ela de sangue de reis, portanto algo sagrado.” (FRANCO JÚNIOR, 1988, p. 72).

Foi através da ação desses elementos oriundos da nobreza que se formulou todo o processo de justificação da função social do indivíduo no interior daquela sociedade. Segundo o entendimento da sociedade clerical, havia elementos teóricos para a formulação de um estatuto que definiria e ordenaria as esferas de atuação de cada estamento. Por terem o monopólio da cultura, os clérigos eram os únicos que sabiam ler e escrever e tinham também o monopólio da interpretação da realidade social. Assim, a Igreja teorizava as relações sociais, fornecendo explicações sobre a origem divina do homem e criando uma concepção hierarquizada da sociedade.

A sociedade dos fiéis forma um só corpo, mas o Estado compreende três. [...] A casa de Deus, que acreditam ser uma, está, pois dividida em três: uns oram, outros combatem, outros, enfim, trabalham. Estas três partes que coexistem não suportam ser separadas; os serviços prestados por uma ação são a condição das obras das outras duas; cada um por sua vez encarrega-se de aliviar o conjunto. Por conseguinte, este triplo conjunto não deixa de ser um; e é assim que a lei pode triunfar, e o mundo gozar de paz. (LAON apud DUBY, 1982, p. 77).

Segundo esse estatuto, o clero fazia parte desse mundo, mas, por servir o altar e representar Deus na terra, não estava sujeito a nenhuma punição prevista na lei humana. Já os senhores feudais e seus servos, categorias terrenas, eram definidas e fixadas nos seus respectivos estamentos através do nascimento e estavam sujeitos à lei divina e ao julgamento dos homens nessa vida terrena.

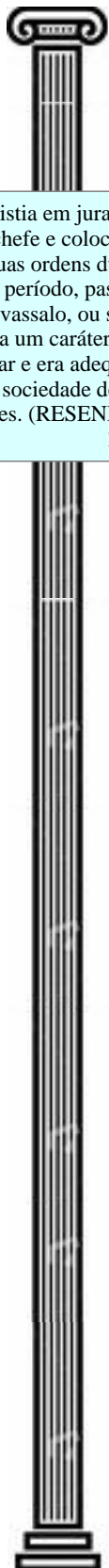
Em função dessa separação e sujeição, a ação dos elementos do clero fazia com que a religião cristã tomasse conta da vida dos indivíduos e do imaginário medieval. Para a Igreja, toda a pessoa, independente de sua ordem social, era uma adepta do cristianismo e precisava seguir uma rígida conduta moral para o bem da sociedade. Tratava-se da busca constante pela purificação da alma, após o pecado original, através das orações, das penitências, das procissões de louvor e das peregrinações. “O homem tinha um destino espiritual, isto é, outra vida após a morte, no céu ou no inferno; e na sua curta passagem pela terra, ele devia preocupar-se exclusivamente com a busca da salvação.” (FRANCO JÚNIOR, 1988, p. 120).

O poder da Igreja sobre a sociedade laica (não pertencente ao clero) pode ser visto nos episódios das Cruzadas cristãs, iniciadas em 1096, quando se mobilizou toda uma classe de cavaleiros medievais e diversos populares em torno da conquista da Terra Santa.

Aliás, foi na Idade Média, a partir do século VIII, que a cavalaria começou a ganhar importância militar e social, ampliada ao longo dos séculos seguintes. Segundo Teófilo Braga (1994, p. 298), em Portugal, a tradição equestre já era considerável, aumentou ainda mais após a ocupação da Península Ibérica, em 711, pelos árabes, incansáveis guerreiros e possuidores de cavalos leves e velozes.

Os cavaleiros ou membros da Ordem de Cavalaria, numericamente maior, constituíam o terceiro escalão da nobreza e se diferenciavam dos escalões anteriores através de códigos de comportamento, direitos e deveres. Apesar de a origem ser feudal, foi com as guerras de reconquista cristã que esse segmento passou a utilizar formas de atuação em que o próprio sentimento religioso excedia o quadro social da própria instituição. Tinham que obedecer aos princípios estabelecidos pelas ordens que regulavam desde a cerimônia da armadura do cavaleiro até o cumprimento das suas





Consistia em jurar lealdade a um chefe e colocar-se sob as suas ordens durante certo período, passando a ser vassalo, ou seu homem. Tinha um caráter claramente militar e era adequada a uma sociedade de guerreiros livres. (RESENDE FILHO, 1995, p. 16)

obrigações. Definidos em 1446 pelas Ordenações Afonsinas como os defensores da sociedade, em função do direito de combater o inimigo infiel, a sua missão era lutar pela fé e proteger as populações.

Nesse contexto e contando com o apoio das autoridades eclesiásticas, o rei, através da sua autoridade política, instituiu o contrato de enfeudação, uma cerimônia pública carregada de elementos simbólicos através da qual e por meio de um juramento de fidelidade e subordinação, a classe dominante se hierarquiza por meio da vassalagem,

da enfeudação e da subenfeudação. Num sistema econômico e social, a instituição desse processo resultou na caracterização dos aspectos políticos e homens se agruparam, para fins de segurança, ao redor de outros mais fortes que eles. Essa forma de vinculação entre os indivíduos implicava na entrega de parte das terras e privilégios políticos.

O monarca, em outras palavras, era um suserano feudal de seus vassalos, aos quais estava ligado por laços de feudalidade, e não um soberano supremo colocado acima de seus súditos. Seus recursos econômicos provinham quase exclusivamente de seus domínios pessoais enquanto senhor, enquanto de seus vassalos pedia contribuições de natureza econômica e militar. (ANDERSON, 1991, p. 147).

Estabelecia-se um contrato feudo-vassálico (Senhor-Vassalo), no qual o senhor tinha o dever de proteger o vassalo de seus inimigos. Por sua vez, o vassalo tinha o dever de prestar serviço militar ao seu senhor e de fornecer ajuda financeira e material em determinados casos, por exemplo, quando o filho do senhor se tornava cavaleiro, quando a filha do senhor se casava, quando o senhor partia

para as Cruzadas e quando o senhor era seqüestrado e necessitava de pagamento de resgate. A seguir temos um exemplo desse processo de vinculação política e de enfeudação.

O rei (suserano) tinha 700 feudos e resolvia conceder terras de seu reino como benefício aos nobres de sua confiança. Desses 700 feudos, o rei separava para uso pessoal 130 feudos e os 570 feudos restantes concedia a título de reconhecimento a seus homens de confiança, agora denominados de senhores feudais (vassalos do rei). Três duques recebiam 90 feudos cada um e cinco condes recebiam 60 feudos cada um. Até aqui, essa concessão de terras recebia a denominação de enfeudação.

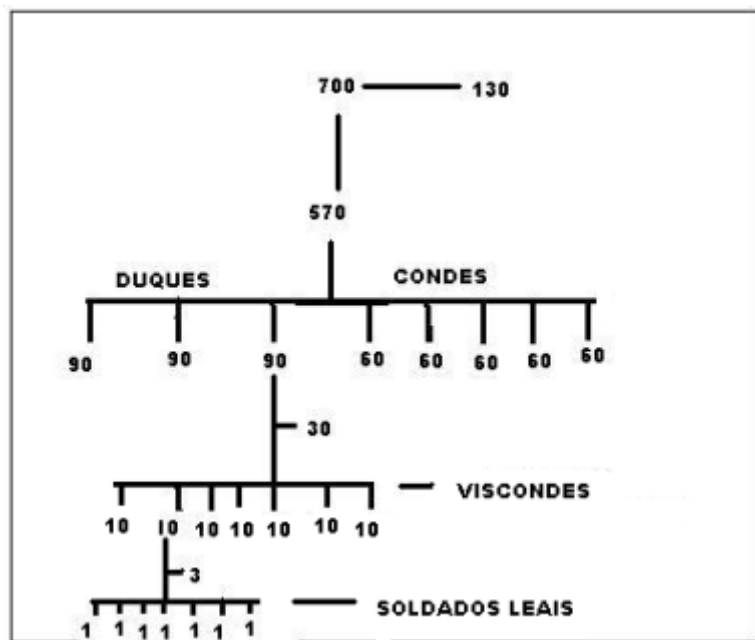
Visando aliviar a carga tributária inerente ao fato de ter recebido as terras do rei para uso, era permitido aos que recebiam as terras do rei subenfeudar suas terras de modo a poderem receber produtos e serviços como obrigações feudais e repassar parte desses produtos como pagamento das obrigações feudais junto ao suserano. Um duque reservava para si 30 feudos e distribuía 60 feudos a outros nobres pertencentes à baixa nobreza que se encontram sob sua proteção. O duque, agora suserano, permitia que o seu vassalo redistribuísse suas terras a outros indivíduos objetivando também garantir a cobrança de impostos e taxas para sua subsistência. Um desses nobres, o visconde, recebia 10 feudos, separava 3 para seu sustento e distribuía 7 para outros indivíduos de sua família ou para seus soldados leais.

Assim temos a seguinte relação político-social no processo de enfeudação e subenfeudação: o rei é o suserano, o senhor dos senhores, que tem seus vassalos diretos, denominados de vassalos reais que, por sua vez, se tornavam suseranos de seus vassalos menores, vassalos dos vassalos reais, que, por sua vez, se tornavam suseranos de seus familiares ou de seus soldados de confiança.



Com a evolução do feudalismo, o rei passou a ser considerado como o principal senhor, que concedera feudos aos grandes senhores, os quais, por sua vez, os dividiram em unidades menores e redistribuíram aos vassallos. Assim, todos os membros da classe dominante, desde os menores cavaleiros até o rei, ocupavam um lugar na hierarquia feudal. (PERRY, 2002, p. 160).

Por meio do quadro abaixo procuramos demonstrar essa distribuição de feudos.



Quadro elaborado pelos autores em conjunto com os alunos do 1º Ano de História/Noturno, a partir da leitura de textos sobre o processo de enfeudação.

Desde o início do período medieval, conforme Anderson (1991, p. 146), inúmeros fatores contribuíram para a descentralização do poder e o aumento da autonomia das propriedades rurais nas mãos dos seus senhores. As invasões bárbaras, a formação de unidades políticas sem a noção de Estado, a isenção fiscal e judiciária, a insegurança e o aumento da busca de proteção individual.

Num sistema econômico (fechado e de subsistência) e social (estamentos, imobilidade), o exercício do poder político somente é possível através de uma forma descentralizada do poder central (direito real, poder de direito), exercido na prática pelos senhores feudais (poder local, poder de fato) através do aumento da autonomia em suas propriedades rurais.

Com a retração da economia traduzida pela falta de moeda e de outras formas de riqueza, os reis feudais

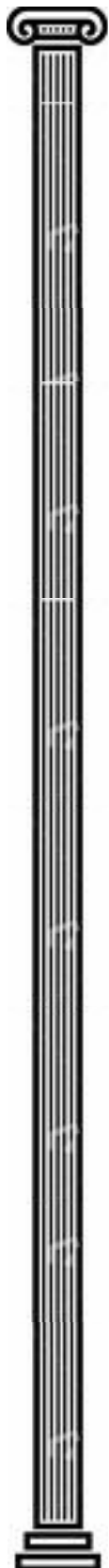
endividados e por não conseguirem manter seus exércitos utilizaram o expediente do juramento de fidelidade e da concessão de terras como forma de obter algum rendimento e também retribuir serviços prestados pelos seus homens leais. Era o contrato de enfeudação.

O contrato de enfeudação era um dos elementos simbólicos mais importantes de toda a mentalidade feudal. Constituía-se de um cerimonial (homenagem, fidelidade e investidura) realizado no interior do castelo do rei ou em campo aberto, do qual faziam parte os demais vassalos do rei, além de um representante da Igreja Católica e o nobre que recebia o benefício.

Nesse ato, o nobre declarava verbalmente o desejo de se tornar vassalo do rei. Em seguida, ajoelhava-se diante do rei e colocava as duas mãos juntas entre as mãos do senhor. Com a mão direita sobre a Bíblia, jurava fidelidade perante a autoridade religiosa e ao rei, agora seu suserano, comprometendo-se a acompanhá-lo nas guerras. Finalmente o rei investia o vassalo em suas terras entregando-lhe um ramo de palha ou um punhado de terra e jurando reciprocidade ao vassalo. Ao término da cerimônia, um beijo entre os dois senhores confirmava o compromisso, que envolvia obrigações recíprocas (*auxilium* e *consilium*). Segundo Jacques Le Goff, o ritual da vassalagem instaura, de maneira visível e concreta, uma hierarquia entre iguais, estruturando, assim, as diferenças internas de uma classe que, em seu conjunto, se quer acima do homem comum.

Do século X ao século XIII, o manto nebuloso que cobria a Europa Ocidental havia sido retirado e observava-se o desenvolvimento pleno do senhorio e a consolidação do Feudalismo. O homem da sociedade feudal sabia perfeitamente em que solo estava pisando, reconhecia-se como parte do sistema e compreendia quais eram seus direitos e suas obrigações: o clero reza, os senhores lutam e os camponeses trabalham.





Apesar da baixa produtividade gerada pelo esgotamento das terras e pela lenta mas contínua elevação da curva demográfica motivada pela expansão das terras de cultivo, esse período não pode ser dissociado das significativas invenções e melhorias nas condições de trabalho do servo, como o desenvolvimento da metalurgia, o emprego do ferro na fabricação de instrumentos mais resistentes, a utilização de arreo apropriado para a tração animal, da charrua de corte e de lâminas afiadas, a adubação orgânica, a rotação de culturas e o uso do moinho d'água como fonte de energia para moer os grãos.

Essas melhorias alteraram as condições objetivas da sociedade feudal. A existência de pequenos excedentes estimulou as trocas de produtos e a especialização do produtor: artesão e lavrador deixaram de ser a mesma pessoa.

CAPÍTULO VI

CRISE DO FEUDALISMO

O período denominado Baixa Idade Média, que vai do século XII ao XV, foi marcado por profundas alterações na sociedade feudal. A retomada gradativa da vida urbana nos burgos

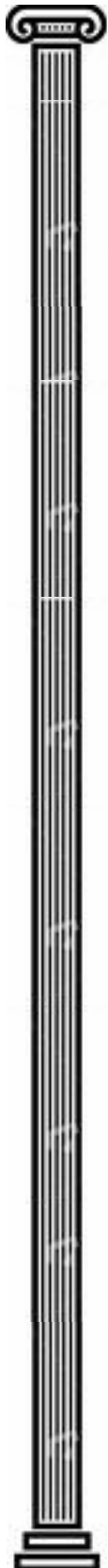
A denominação burgos, pela qual as cidades são conhecidas, deve-se ao fato de muitas serem fortificadas – *burgu* em latim significa fortaleza. As muralhas que as circundavam visavam garantir a proteção de seus moradores, os burgueses.

e o reaparecimento das atividades comerciais provocaram um colapso no interior do sistema que levou à superação das estruturas feudais, transição gradativa a partir da qual seriam lançadas as bases do sistema capitalista.

O novo sistema não correspondia ao capitalismo moderno, tal como hoje conhecemos. Tratava-se de um sistema ainda em formação, que convivia com os resquícios do Feudalismo em desintegração, razão pela qual foi denominado por muito tempo pelos historiadores de pré-capitalismo. Características como produção voltada para o comércio, trocas monetárias, pequenas organizações empresariais, racionalismo econômico e espírito de lucro já marcavam a nova realidade social.

Essas alterações surgiram das próprias contradições da dinâmica de funcionamento do sistema feudal que se tornava incapaz de resolver as novas necessidades materiais da população em crescimento. Durante esse período, observou-se na Europa Ocidental uma contínua elevação da curva demográfica da população. Esse crescimento populacional e a retomada da expansão urbana alteraram as condições objetivas da sociedade feudal. Com a progressiva centralização do poder por parte dos monarcas, com o surgimento dos Estados, com o reaparecimento das atividades comerciais alimentadas pelas novas rotas, fruto da empreitada dos cruzados

O movimento dos cruzados, a partir de 1096, foi motivado pela conjunção de diversos fatores dentre os quais podemos citar os de natureza religiosa, social e econômica. Lembremos que a ocorrência das Cruzadas expressava a própria cultura e a mentalidade da época medieval. O predomínio e a influência da Igreja sobre o comportamento do homem medieval devem ser entendidos como os primeiros fatores explicativos da realização das cruzadas. (HUBERMAN, 1979, p. 30)



na reconquista do Mar Mediterrâneo, e, finalmente, com a retomada da vida urbana, houve melhoria nas condições de higiene, saúde e alimentação da população, provocando inversão no índice de natalidade que começou a superar o de mortalidade. As habitações começaram a ser construídas dentro de padrões que respeitavam condições de luminosidade e ventilação.

Entre o século XI e o início do século XIV houve a retomada do crescimento demográfico na Europa cristã. Alguns dados permitem uma visão desse crescimento: 1050.....46 milhões, 1100.....48 milhões, 1150.....50 milhões, 1200.....61 milhões, 1300.....73 milhões. [...] Os números acima são extremamente importantes para se compreender melhor as transformações que ocorreram na Europa a partir de então. (SILVA, 1982, p.42).

Esse crescimento populacional estimulou a formação de um mercado consumidor de novos produtos, como, por exemplo, no setor da alimentação, do vestuário e da habitação. Segundo Guizot (1907, p. 231), os homens desse período, em função das novas necessidades materiais e de sobrevivência, foram aos poucos criando uma forma diferente de subsistência.

A partir do século XII, os comerciantes começaram, paulatinamente, a retomar o comércio e, junto com ele, ocorreu o desenvolvimento das cidades, ainda pequenas raízes de uma árvore frondosa que, alguns séculos mais tarde, consolida uma nova sociedade com costumes e atitudes diferentes do mundo feudal.

Durante um longo período, as duas formas de sociedade sobreviveram, época de transição durante a qual a velha ordem representada pela sociedade feudal tentava, de qualquer forma, sobreviver aos anseios de uma nova ordem, a sociedade moderna, que lentamente mostrava seus atrativos materiais.

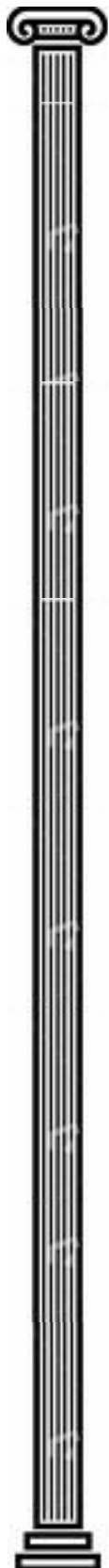
Essas duas formas de mundos, apesar de apresentarem interesses distintos, coexistiram por séculos, lutando pelos seus interesses.

A Europa moderna nasceu da *lucta* (sic) entre as diversas classes da sociedade. [...] a *lucta* (sic) deixou de ser princípio d'immobilidade, para se tornar causa de progresso; e das relações das diversas classes entre si, da necessidade que tiveram de mutuamente se digladiarem e mutuamente se comporem; da variedade dos seus interesses, e paixões; da necessidade de se vencerem, sem, porém nunca o haverem conseguido, de tudo isto nasceu talvez o princípio mais enérgico e fecundo do desenvolvimento da civilização européa (sic). (GUIZOT, 1907, p. 231).

Esses novos espaços urbanos tiveram origens diversas de acordo com a área geográfica em que surgiram. No norte da Europa, em direção à fronteira germânica, região pouco habitada desde o Império Romano, foram criações novas. Mais ao centro da Europa, na região da Gália, criaram raízes ao redor dos enormes castelos feudais ou foram erguidas próximos às abadias e aos mosteiros espalhados por inúmeras regiões. Finalmente surgiram aqueles localizados nos cruzamentos das estradas ou junto às pontes, como é o caso de Bruges, vocábulo que deriva da língua vulgar da região *brugghe* e significa ponte.

Com o lema “O ar da cidade torna o homem livre”, as pequenas vilas e as cidades cresceram em tamanho e em número de habitantes. Em algumas regiões da Europa Ocidental, uma grande quantidade de pessoas foi deslocada das áreas de plantação para exercer atividades comerciais e artesanais. Emancipada da tutela política e econômica dos senhores feudais, a cidade, organizada e administrada sob a forma de governos comunais, gerou condições para o desenvolvimento de uma economia dinâmica, monetária e mercantil, através da qual se estabeleceram meios para a substituição da velha ordem econômica feudal.





A cidade tornou-se o habitat de homens livres e detentores de ofício dos setores secundários e terciários.

A partir do século XIV, a sociedade feudal passou por uma sucessão de problemas denominados de flagelos medievais: a fome (1315-1317 e 1346-1347), a peste (1347-1351), a guerra dos Cem Anos (1337-1453) e as revoltas camponesas (*jacquerie*) no norte da França em 1358. O resultado desses quatro espectros foi a miséria, a ruína e o decréscimo populacional na Europa; estima-se que em algumas regiões chegou a 50% e no mundo conhecido até então chegou a 40%.

Ao se aproximar do século XV, a Europa enfrentou mudanças de mentalidades consideradas muito importantes no seu desenvolvimento histórico. Mudou, por exemplo, a noção de valor. Possuir terras não significava mais ter riqueza e poder. As relações sociais de dominação e exploração, herança do Feudalismo, já não eram as mesmas. Uma nova ordem qualitativa emergia na economia européia, criando espaço para o surgimento de uma nova ordem socioeconômica, caracterizada pela burguesia e seus valores, capital e prosperidade, cuja atuação encontra no capitalismo comercial todo oxigênio para gestar a sociedade moderna.



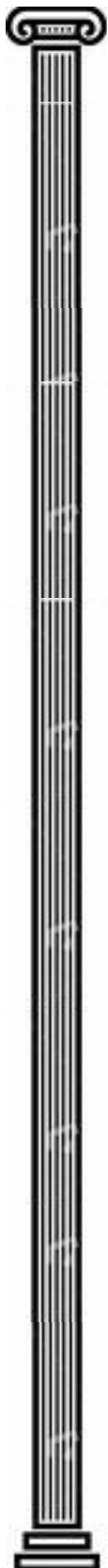
O LEGADO MEDIEVAL

Ao contrário do senso comum que vê a Idade Média como uma época de trevas, um longo período de estagnação do progresso humano, gostaríamos de elencar algumas produções realizadas pelos homens da Idade Média as quais contribuíram para o desenvolvimento das sociedades modernas. Segundo Jacques Le Goff (2005, p.168), as estruturas produzidas na Idade Média têm sido extraordinariamente estudadas nas últimas décadas.

Tal idéia de obscurantismo e barbárie é criticada por muitos da atual geração de estudiosos da história da ciência, que tendem a ver um grande período de desenvolvimento econômico e tecnológico iniciado por volta do século XII (permitido por fatores como a diminuição das invasões bárbaras, mudanças climáticas etc.) como um importante requisito para o desenvolvimento científico na era moderna.

Tal interesse também se deve ao fato de que a Idade Média em função desse clima citado acima configurou-se como um depositário de culturas anteriores, cuja atividade principal consistiu na conservação e sistematização do conhecimento do passado. Em função do monopólio cultural exercido pelo clero, os mosteiros foram fundamentais para essa guarda e preservação da documentação que hoje atrai o interesse de inúmeros pesquisadores.

Desde a desagregação do Império Romano do Ocidente, os homens daquela nova época foram criativos e práticos. Resolveram problemas que tinham se constituído como grandes obstáculos para os romanos, a exemplo da utilização do estribo que revolucionou a arte de guerrear, do moinho d'água para gerar energia, do arreo animal na altura



da cernelha que evitava o sufocamento do animal, da charrua, do sistema de cultivo de três campos e da rotação de culturas.

Com a criação das universidades houve um ressurgimento intelectual, oferecendo condições para o desenvolvimento do pensamento científico nas diversas áreas do conhecimento, tais como Medicina, Direito, Filosofia, Engenharias diversas, História e Geografia.

Enfim, o desenvolvimento gerado na época medieval foi fundamental para os primeiros passos rumo à Idade Moderna.

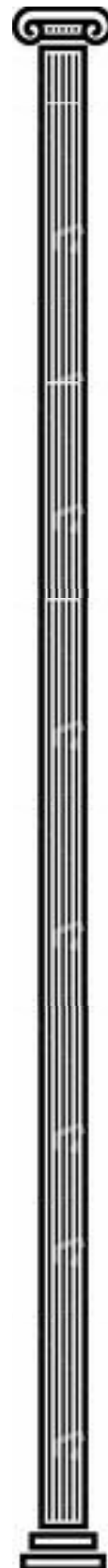
CONCLUSÃO

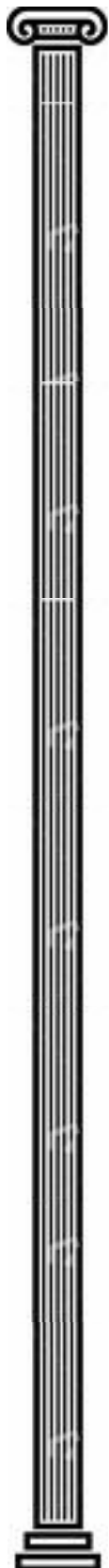
Ao chegarmos ao término de nossa caminhada, uma questão sobre o estudo do período medieval permanece polêmica. Por que estudamos a Idade Média? Podemos dizer que a Idade Média foi um período histórico em que foram gestados os principais elementos formadores das sociedades ditas como modernas.

Apesar de um grande número de historiadores não reconhecer essa matriz da civilização ocidental cristã e dispensar pouca atenção à cultura intelectual produzida durante a Idade Média, estudá-la significa poder identificar, em alguns casos, os problemas causadores das graves crises presentes nas sociedades atuais. Essa questão se agrava ainda mais quando hoje, no século XXI, verificamos que os conteúdos contemplados nos livros didáticos tratam a história da Idade Média e das sociedades que se formaram a partir desse período de maneira superficial. Dedicam poucas páginas para uma análise dos acontecimentos históricos enfatizando que esses acontecimentos não tiveram influência na formação das sociedades que se estruturaram a partir do estabelecimento da Renascença.

Apesar da crítica formulada em relação ao período medieval pelos homens do Renascimento ter sobrevivido até os nossos tempos, podemos afirmar que a Idade Média foi um período repleto de grandes realizações. Os homens do medievo eram práticos e simples, tinham os pés plantados no chão. Apesar das precárias condições de vida, vimos surgir, pouco a pouco, uma civilização que foi o berço de grande parte das instituições do mundo moderno.

A Idade Média foi um grande laboratório no qual as atividades políticas, econômicas, culturais e religiosas encontraram solo fértil para se desenvolverem. Mesmo com a existência de períodos de intensas atividades bélicas, as ações nos mosteiros durante os primeiros tempos da Idade





Média se concentraram principalmente na recuperação, tradução, conservação e sistematização do conhecimento produzido ao longo de toda a Antigüidade, que contribuiu para o desenvolvimento de todos os campos do saber, permitindo dessa maneira que tais conhecimentos chegassem ao conhecimento dos pensadores da Idade Moderna.

Através desses apontamentos, esperamos ter propiciado a todos uma reflexão e uma aproximação mais atualizada dos temas relativos ao período medieval, por diversas razões contemplados de forma precária em muitos programas de ensino. Apesar da Idade Média não ter sido um período da história do Brasil, observamos que nas últimas décadas o número elevado de pesquisas tem despertado o interesse e aproximado muitos estudantes das estantes das bibliotecas que guardam importantes obras relativas à história do homem daquela época.

REFERÊNCIAS

AGUIAR E SILVA, Vitor Manuel de. **Teoria da literatura**. 4. ed. Coimbra: Livraria Almedina, 1982.

ANDERSON, Perry. **Passagens da antiguidade ao feudalismo**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

BASCHET, Jèrôme. **A civilização feudal: do ano mil à colonização da América**. São Paulo: Globo, 2006.

BLOCH, Marc. **A sociedade feudal**. Lisboa: Edições 70, 1982.

BRAGA, Teófilo. **O povo português nos seus costumes, crenças e tradições**. Lisboa: Dom Quixote, 1994.

DOBB, Maurice. **A evolução do capitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

DUBY, Georges. **As três ordens ou o imaginário do feudalismo**. Lisboa: Editorial Estampa, 1982.

FOURQUIN, Guy. **Senhorio e feudalidade na Idade Média**. Lisboa: Edições 70, 1978.

FRANCO JUNIOR, Hilário. **A Idade Média: nascimento do Ocidente**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

FURTADO, Celso. **A economia brasileira: contribuição à análise de seu desenvolvimento**. Rio de Janeiro: A Noite, 1954

GUERRAS, Maria Sonsoles. **Os povos bárbaros**. São Paulo: Ática, 1987.

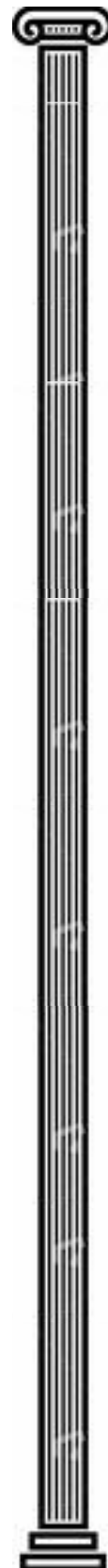
GUIZOT, François. **História da civilização na Europa**. Lisboa: Parceria Antônio e Maria. 1907. 2 v.

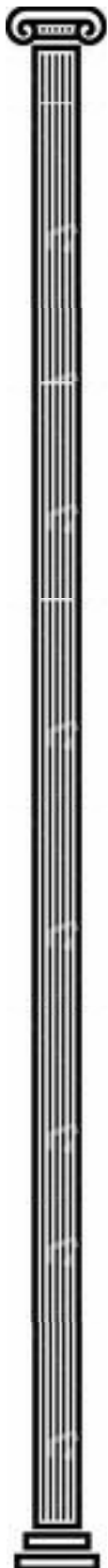
HUBERMAN, Léo. **História da riqueza do homem**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

INÁCIO, Inês C. & LUCA, Tania R. de. **O pensamento medieval**. São Paulo: Ática, 1988.

LE GOFF, Jacques. **Para um novo conceito de Idade Média: tempo, trabalho e cultura no Ocidente**. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

_____. **Os intelectuais na Idade Média**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.





LE GOFF, Jacques. **A civilização do ocidente medieval**. Bauru, SP: Edusc, 2005.

_____. **A Idade Média explicada aos meus filhos**. Rio de Janeiro: Agir, 2007.

_____. **A bolsa e a vida: economia e religião na Idade Média**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. **Uma longa Idade Média**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

LE GOFF, Jacques & SCHMITT, Jean-Claude (orgs.). **Dicionário temático do Ocidente Medieval**. Bauru, SP: Edusc, 2006. 2 v.

LE GOFF, Jacques. TRUONG, Nicolas. **Uma história do corpo na Idade Média**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LOPEZ, Roberto S. **O nascimento da Europa**. Lisboa: Cosmos, 1965.

MACEDO, José Rivair. Repensando a Idade Média no ensino de História. In: KARNAL, Leandro (org.). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

MONTEIRO, Hamilton. **O feudalismo: economia e sociedade**. São Paulo: Ática, 1987.

PARAIN, Charles *et. alli*. **Sobre o feudalismo**. Lisboa: Estampa, 1973.

PERRY, Marvin. **Civilização Ocidental: uma história concisa**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

RESENDE E FILHO, Cyro de Barros. **Guerra e poder na sociedade feudal**. São Paulo: Ática, 1995.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Sociedade feudal: guerreiros, sacerdotes e trabalhadores**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

WILLEMS, Emílio. **Dicionário de sociologia**. São Paulo: Globo, 1969.

SUGESTÃO DE SITES

<http://www.ifcs.ufrj.br>

<http://www.fflch.usp.br/cjc/gempo/index.htm>

<http://www.usp.br/leme/index.html>

<http://www.historia.uff.br/labscriptorium.php>

<http://www.revistamirabilia.com/>

<http://www.abrem.org.br>

<http://www.lib.utexas.edu/maps/>

<http://www.ricardocosta.com>

<http://www.historialivre.com>



